



Um manual para estudantes E Suas famílias 2020-2021

Esta publicação resume muitas leis, políticas, regulamentos e práticas que são importantes para os alunos da Escola Pública de Plymouth e seus pais e tutores. Não pretende ser um diretório completo de todas as leis e políticas relacionadas aos alunos e pais. As leis federais e estaduais, políticas, regulamentos e práticas de PPS em todo o sistema e nos níveis de construção de escolas estão sujeitas a mudanças.

As Escolas Públicas de Plymouth não discriminam com base em raça, cor, credo religioso, origem nacional, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, sem-teto, informação genética, ancestralidade, status de veterano ou dos EUA, membro do serviço militar uniformizado, deficiência ou idade na admissão, tratamento ou emprego em seus serviços, programas e atividades, está em conformidade com o Título VI da Lei de Direitos Cívicos de 1964 (42 U.S.C. 2000d e seguintes), Título IX das Emendas à Educação de 1972 (20 U.S.C. 1681 e seguintes), The Age Discrimination Act of 1975 (20 U.S.C. 6101 e seguintes), Seção 504 da Rehabilitation Act of 1973 (29 U.S.C. 794), MGL c.76 s.5, MGL c.151b, todos os regulamentos promulgados sob essas leis e todas as outras leis aplicáveis.

Tabela de Conteúdos

Mensagem da Administração Escolar e do Comitê Escolar.....	5
A Declaração de Visão das Escolas Públicas de Plymouth	6
Declaração de missão.....	6
Principais Crenças	6
Cancelamento de escolas	6
Parceria família-escola.....	7
Conselhos Escolares.....	8
Outros grupos para os pais	8
Presença.....	11
Ausências com licença	12
O que é uma ausência desnecessária?	12
Supervisor de atendimento	14
Responsabilidade pela propriedade pessoal/dispositivos eletrônicos	14
Cuidados com a propriedade da escola	14
Viagens de campo.....	15
Política de alimentação nas salas de aula.....	15
Serviços de Alimentação	15
Atividades de captação de recursos	15
Serviços de saúde.....	17
O papel da enfermeira da escola.....	19
Desenvolvimento de um Plano de Saúde Individualizado (IHCP)	20
Administração de Medicamentos	20
Controle de Doenças Transmissíveis	20
Concussões / Lesões na cabeça.....	22
Registros de saúde	22
Outros Serviços Especiais de Enfermagem.....	22
Serviços para estudantes grávidas	22
Vestimenta/Aparência pessoal	23
Relatar o progresso do estudante	23
Segurança e emergências.....	24
Notificação escolar de ausências	24

Liberação de estudantes para adultos que não o pai/mãe/guardião	24
Andadores	25
Paradas de ônibus	25
Quando uma criança não é recolhida na escola	25
Segurança escolar	25
Perfuratrizes de incêndio.....	26
Bloqueio/Detenção de Passagem - Fique no lugar	26
Abuso e negligência de crianças	26
Programas Especiais.....	27
Instrução de Imersão em Inglês Abrigado.....	27
504 Plano de acomodação	27
Serviços de Educação Especial	27
Educação alternativa: Instrução domiciliar e hospitalar	28
Educação alternativa: Educação em casa:	28
Planos Curriculares de Acomodação (PAC)	28
Serviços de remediação	28
Outros serviços de apoio	29
Transporte.....	29
Transporte especial.....	30
Ônibus tardios	30
Aulas agrícolas/Profissionais e Transporte.....	30
Procedimentos e Regulamentos para Ônibus Escolares	30
Retirada da escola	34
Licenças de trabalho	34
O Código de Conduta.....	35
Código de Conduta	36
Não perca os Privilégios Escolares!.....	36
Atitude-Comportamento e Linguagem	36
Negação de transporte	37
Falso Alarme de Fogo/Bomba e/ou Violação com Equipamento de Incêndio.....	37
Luta	37
Exposições públicas de afeto.....	37
Suspensão/Expulsão.....	38

Suspensão Informações gerais.....	38
Ofensas por Suspensão ou Expulsão	38
Processo disciplinar devido	39
Processo devido sob M.G.L. 71, Seção 37H ³ / ₄	39
Processo devido sob M.G.L. 71, Seções 37H e 37H1/2 Ofensas.....	43
Reclamações de Crimes - M.G.L. c. 71, § 37H ¹ / ₂	46
Oportunidade de Fazer Progresso Acadêmico	47
Disciplina e Estudantes com Deficiência	47
Como os pais podem ajudar.....	48
Políticas, Leis e Regulamentos	49
Políticas, Leis, Regulamentos	50
Política de Uso Aceitável: Segurança na Internet e Tecnologia Estudantil (AUP)	50
Reconhecimento ao estudante do Google Apps para Educação	53
Lei dos Americanos Portadores de Deficiência Alteração de 2008.....	53
Lei de Resposta de Emergência contra Riscos do Amianto (AHERA) de 1986	54
Política Anti-Bullying.....	54
Lei de Reforma da Educação de 1993, M.G.L. c.71, § 37H.....	57
Lei de Reforma da Educação de 1993, M.G.L. c.71, § 37H1/2.....	58
Assédio	60
Assédio Sexual Estudantil	60
Procedimento de queixa do estudante	61
Lei e política de risco.....	63
McKinney-Vento Lei de Assistência à Educação dos Sem Teto de 2002	64
Lei do Sucesso de Cada Estudante (ESSA).....	65
Não-discriminação.....	65
Não-discriminação com base na Deficiência	66
Procedimento para apresentação de queixas relacionadas à discriminação.....	66
Proteção da Emenda aos Direitos dos Alunos (PPRA).....	67
Prevenção de Restrições e Apoio Comportamental	68
Vigilância de áudio e vídeo em ônibus escolares	68
Busca e apreensão	68
Educação Sexual (MGL Ch. 71 §32A).....	69
Política para necessidades especiais	69

Regulamento e Confidencialidade dos Registros Estudantis	70
Regulamento de Registros de Estudantes de Massachusetts	71
Confidencialidade dos Registros	71
Alteração ou eliminação de registros	71
Destruição de Registros	72
Acesso não-custodial dos pais aos registros de alunos.....	72
Política de Uso do Tabaco	72
Uso e/ou Posse de Bebidas Alcoólicas ou Drogas	72
Uso e/ou Posse de Objetos Perigosos	74
Gerenciamento de estudantes com lesões e concussões da cabeça	74
Política de concussão.....	75
Código de Conduta	76
Regras e suspensões escolares	76
Política de Saúde Química/Álcool/Drogas/ Tabaco	76
Procedimento para a denúncia de violações.....	77
Prática do Capitão	79
Prêmios Varsity Letter.....	79
Pais/Guardiães/Coach Communication.....	79
Apêndice B.....	81
Página de Assinatura e Resumos.....	82
Fotos, Nomes, Trabalhos Estudantis, ou Citações na Mídia	83
Aviso de Informação de Diretório	83
Aviso sobre Transferência de Registros para outra Escola	84
Um Ato Relativo à Educação Sexual (M.G.L. Ch. 71 §32A)	84
Política de Uso Aceitável (AUP): Tecnologia do estudante	85
Recrutamento Militar/Institutos de Ensino Superior.....	86
FORMULÁRIO DE LIBERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE 2020-2021	87

Mensagem da Administração Escolar e do Comitê Escolar

Caros Pais, Guardiães e Estudantes:

Os Administradores, Professores e Funcionários das Escolas Públicas de Plymouth têm o prazer de lhes dar as boas-vindas. Estamos ansiosos para trabalhar com vocês, nossos alunos e suas famílias. Nosso objetivo é ajudar cada aluno a atingir os altos padrões que foram estabelecidos por nossas escolas.

Este **Manual para Estudantes e suas Famílias** ajudará nossos estudantes e suas famílias enquanto trabalhamos juntos para fornecer programas educacionais de alta qualidade para todos os nossos estudantes. O manual contém informações importantes sobre nossas escolas e pode servir como uma referência valiosa para você. Por favor, leia o manual e salve-o. Você vai querer usá-lo como referência durante todo o ano letivo.

O **Manual para Estudantes e suas Famílias** é importante porque:

- Ela explica muitas das políticas e procedimentos que afetam os estudantes.
- **O Código de Conduta** explica como os alunos devem se comportar com seus professores e colegas de classe e o que acontece quando os alunos não atendem a essas expectativas.
- Descreve as muitas maneiras pelas quais as famílias podem apoiar o aprendizado de seus filhos tanto na escola como em casa.
- Ela descreve os direitos dos estudantes e de suas famílias, por exemplo:
 - o direito de ser tratado igualmente, independentemente de raça ou deficiência,
 - o direito à privacidade em relação aos registros de estudantes e
 - também aconselha pais e alunos sobre o que fazer se eles acham que seus direitos foram violados.
- Ele fornece informações úteis sobre muitos tópicos, incluindo cancelamento de escolas, transporte de estudantes, procedimentos de frequência, serviços de saúde, e muito mais.
- Possui ferramentas úteis como o Diretório das Escolas Públicas de Plymouth (na contracapa), uma lista de verificação para resolver problemas, recursos educacionais para alunos e famílias e o calendário escolar (na contracapa).

Todas as nossas políticas e procedimentos têm apenas um objetivo, que é ajudar cada estudante a alcançar altos padrões acadêmicos em um ambiente de aprendizagem seguro, respeitoso e positivo. Juntos, podemos alcançar esse objetivo.

A Declaração de Visão das Escolas Públicas de Plymouth

As Escolas Públicas de Plymouth serão reconhecidas nacionalmente como um excelente distrito escolar. Nosso objetivo é formar pensadores confiantes, críticos, produtivos e criativos ao longo da vida, e cidadãos socialmente responsáveis, engajados e capazes de se adaptar às mudanças em uma sociedade tecnologicamente avançada e multicultural.

Declaração de missão

Em parceria com os pais e a comunidade, as Escolas Públicas de Plymouth estão empenhadas em proporcionar uma experiência educacional abrangente que seja de alta qualidade, desafiadora e que permita a cada aluno desenvolver e maximizar o potencial individual. Nossas escolas promovem um ambiente positivo e colaborativo, encorajam, afirmam a realização acadêmica, a excelência pessoal e inspiram todos os alunos a fazer uma contribuição positiva para a sociedade.

Principais Crenças

Acreditamos que todo estudante deve se tornar um (a):

- Comunicador Eficaz
- Pensador independente
- Solucionador de problemas
- Cidadão Responsável
- Autodidata, Aprendiz de Vida Longa
- valioso colaborador

Cancelamento de escolas

Por favor, não ligue para o Departamento de Polícia, Corpo de Bombeiros, Departamento Escolar, ou estações de rádio/televisão.

Os anúncios "Nenhuma Escola, Todas as Escolas, Todo Dia" são feitos em:

- Estações de rádio: WPLM (99,1 FM), WBZ (1030 AM), WATD (95,9 FM), WRKO (680 AM), WQRC (99,9 FM)
- Estações de Televisão: Os canais 4, 5, 7 e 25 serão notificados o mais tardar às 6:00 horas da manhã.
- Serviço de Notificação Telefônica Automatizada (se operacional)
- Site do distrito - www.plymouth.k12.ma.us
- Sites Oficiais de Mídia Social Distrital (www.facebook.com/PlymouthPublicSchoolsMA; Twitter @PlymouthSch e Instagram @plymouthpublicschools)

Outros anúncios de "Sem escola"

Em alguns casos, os cancelamentos podem ser feitos por:

- A(s) escola(s) dentro do sistema escolar
- Nota(s) dentro do sistema escolar
- Meio dia (ou outro período de meio período)

Os anúncios para estas situações indicarão especificamente a(s) escola(s) e/ou série(s), e o tipo de cancelamento.

Abertura Atrasada

- A(s) escola(s) do sistema escolar assim afetada(s) será(ão) especificamente anotada(s).
- O atraso será declarado especificamente.
- Os ônibus escolares serão atrasados de acordo com a abertura atrasada (para uma abertura com duas horas de atraso, os ônibus buscarão os alunos duas horas mais tarde do que o tempo normal de coleta).
- Quando houver uma abertura atrasada, as sessões matutinas do Jardim de Infância serão canceladas para esse dia.
- As demissões em um dia de abertura atrasado serão nos horários regularmente programados.
- Durante o atraso no dia da abertura atrasada, o clima e outras condições serão reexaminadas para determinar se a escola deve estar em sessão naquele dia. Os pais/responsáveis devem continuar a monitorar as estações de rádio apropriadas para uma possível mudança no fechamento das escolas para o dia.

Pais/Guardiões, Favor observar

Todas as decisões relativas a esta questão são tomadas com a segurança e o bem-estar de todos os estudantes em primeiro lugar em nossas mentes.

Entretanto, devido ao tamanho e diferenças geográficas da área coberta pelo nosso sistema escolar, você pode sentir que as condições em sua área não são suficientemente seguras para enviar seu filho à escola no dia em questão. Portanto, em dias de condições climáticas questionáveis quando a escola estiver em sessão, os pais/guardiões são aconselhados a usar sua discricção quanto a enviar ou não seus filhos à escola naquele dia (isto seria considerado uma ausência não desculpada).

Parceria família-escola

O envolvimento da família tem um papel fundamental para ajudar os alunos a terem sucesso na escola e para construir um sentimento de orgulho na comunidade escolar. As Escolas Públicas de Plymouth (PPS) estão empenhadas em construir fortes parcerias entre a casa, a escola e a comunidade.

Aqui estão alguns exemplos de atividades que as escolas oferecem para envolver as famílias no aprendizado dos alunos:

- conferências individuais de pais e mestres
- eventos especiais, tais como Noites de Matemática e Alfabetização
- oportunidades de voluntariado em salas de aula, atividades de arrecadação de fundos e eventos divertidos
- oportunidades de freqüentar e participar do Conselho Escolar e de outras Organizações de Escolas Maternas

Conselhos Escolares

Em cada escola pública elementar, secundária e profissional independente dentro do distrito, haverá um conselho escolar composto pelo diretor da escola, que co-presidirá o conselho; pais dos alunos que freqüentam a escola, que serão escolhidos pelos pais dos alunos que freqüentarão a escola, que serão escolhidos em eleições realizadas pela organização local reconhecida de pais e mestres sob a direção do diretor.

Os pais terão paridade com o pessoal profissional nos conselhos escolares; professores que serão selecionados pelos professores em tal escola; outras pessoas, não pais ou professores de alunos da escola, e para escolas que contenham qualquer uma das séries nove a doze, pelo menos um desses alunos; desde que, no entanto, não mais de cinquenta por cento do conselho sejam membros não escolares.

A responsabilidade do Conselho Escolar é assistir o diretor:

- Adotar objetivos educacionais para a escola que sejam consistentes com as políticas educacionais locais e os padrões de desempenho dos estudantes em todo o estado
- Identificar as necessidades educacionais dos alunos que freqüentam a escola
- Revisão do orçamento anual do edifício escolar
- Formulação de um plano de melhoria da escola

Espera-se que, para qualquer escola que contenha séries nove a doze, o Conselho reveja o manual do aluno a cada primavera para considerar mudanças na política disciplinar a fim de entrar em vigor no ano escolar seguinte.

Outros grupos para os pais

Além do Conselho Escolar, as Escolas Públicas de Plymouth têm grupos para pais cujos filhos têm deficiências (Conselho Consultivo de Pais com Necessidades Especiais) e cujos filhos recebem serviços de Título I. Além disso, muitas de nossas escolas têm um PTA ou HSA. Estes grupos fornecem recursos e oportunidades valiosas para as crianças e famílias. Exortamos os pais a se envolverem tanto em organizações distritais quanto em organizações baseadas em escolas. Contate sua escola e/ou visite www.plymouth.k12.ma.us para obter informações.



Observação: A referência neste manual ao diretor refere-se ao diretor e/ou ao seu designado, exceto nos casos em que os estatutos específicos estabeleçam o contrário.

Processo de registro

Todo estudante deve ter um formulário de Registro de Estudante preenchido para freqüentar a escola junto com ela:

1. Evidência de imunização:

Os regulamentos do Departamento de Saúde Pública do MA exigem que os estudantes sejam vacinados contra a poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, sarampo, papeira, rubéola, hepatite B e varicela. O Departamento de Saúde Pública de MA atualiza e distribui todos os anos as recomendações de imunização infantil mais atuais e as exigências escolares. (Veja o site do Departamento de Saúde Pública de MA http://www.mass.gov/dph/cdc/epii/imm/guidelines_sched/chiimm.pdf.) A enfermeira da escola revisará as imunizações e o histórico de saúde de seu

aluno no momento da matrícula. Estas imunizações são necessárias para a entrada a menos que o pai/mãe/responsável deseje buscar uma isenção por motivos médicos ou religiosos.

2. Prova de idade para o estudante. Uma certidão de nascimento ou outro documento similar é suficiente.

3. Verificação de Residência
4. Informações de contato para uma Escola Pública não-Plymouth freqüentada anteriormente (se aplicável).
5. Consulte a página de Registro do Estudante no site das Escolas Públicas de Plymouth, www.plymouth.k12.ma.us, para todas as outras formas necessárias e informações sobre matrículas.

Os alunos devem ser matriculados na escola de seu bairro o mais cedo possível. A maioria das escolas realizará reuniões informativas para fornecer informações e visitas guiadas ao prédio da escola. Favor entrar em contato com a escola de seu bairro para obter mais informações.

<p>As famílias que se inscreverem nas Escolas Públicas de Plymouth ou apresentarem uma mudança de endereço devem demonstrar residência em Plymouth apresentando um documento de cada uma das três categorias na tabela a seguir: Todos os candidatos devem apresentar pelo menos um documento de cada coluna (A, B, e C) abaixo. Nenhum documento pode ser usado duas vezes como verificação.</p>		
A. Verificação do endereço e distrito escolar de Plymouth	B. Verificação da residência atual neste endereço	C. Verificação de Identidade
<p><i>Datado dentro dos últimos 60 dias:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Carta de uma agência governamental aprovada • Folha de pagamento • Extrato bancário ou de cartão de crédito • Cópia da escritura <u>OU</u> registro do pagamento da hipoteca mais recente. • Cópia do contrato de arrendamento <u>e</u> registro do pagamento mais recente do aluguel. • Uma declaração legal do proprietário afirmando o arrendamento <u>e o</u> registro do pagamento mais recente do aluguel. • Acordo da Seção 8 	<p>Uma conta de serviços públicos ou ordem de serviço datada dos últimos 60 dias, inclusive:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conta de gás • Conta de óleo • Conta elétrica • Conta telefônica residencial • Conta de cabos 	<p>Carteira de habilitação válida</p> <p>Registro atual de veículos</p> <p>Cartão válido de identificação com foto de Massachusetts</p> <p>Passaporte válido</p> <p><i>Datado do ano passado:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Formulário W-2 • Imposto especial de consumo (imposto sobre veículos) • Lei do imposto sobre a propriedade <p><i>Datado dentro dos últimos 60 dias:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Carta de uma agência governamental aprovada • Folha de pagamento • Banco ou cartão de crédito declaração

Uma lista de verificação para a solução de problemas

Se você tem um problema relacionado à escola, nós queremos ajudar a resolvê-lo. Para a resolução mais rápida de seu problema, favor ligar para os indivíduos ou escritórios *na ordem listada abaixo*.

Questões que afetam o aprendizado de seu filho

Professor(es)
Conselheiro(s) de Orientação/Conselheiro(s) de Ajustamento/Assessor(es) Psicólogo(s) Administrador(es) Escolar ou Coordenador(es) de Curriculum Vitae
Superintendente Assistente de Administração e Instrução

Questões gerais da escola

Administrador(es) da(s) escola(s)
Superintendente Assistente do Superintendente de Administração e Instrução

Disciplina/Segurança

Professor
Administrador(es) da(s) escola(s)
Escritório do Superintendente

Transporte

Roteiro ou localização de pontos de ônibus
Primeira Empresa de Ônibus Estudantis em 508-830-4144
Gerente de Negócios em 508-830-4300
Conduta a bordo de ônibus - Administrador(es) escolar(es)
Taxas de transporte/estacionamento - Secretário Escolar
Transporte de Educação Especial - Escritório de Educação Especial 508-830-4343

Questões Especiais de Educação

Professor/educador especial
Presidente de Equipe Escolar/Diretor de

Presença

Além de atender aos requisitos acadêmicos, os alunos/parentes/tutores devem atender às leis estaduais (MGL Capítulo 76 Seção 2 <http://www.mass.gov/legis/laws/mgl/76-2.htm>) e aos requisitos das Escolas Públicas de Plymouth para a frequência escolar.

Excelente frequência e sucesso escolar andam de mãos dadas. Quanto mais frequentemente um aluno está ausente, mesmo que a ausência seja inevitável - mais difícil é para o aluno acompanhar a classe. Os alunos com boa frequência têm mais chances de ter sucesso acadêmico na escola.

Os estudantes devem trazer uma nota para cada ausência da escola. A nota deve incluir a(s) data(s) de ausência, o motivo da ausência, um número de telefone dos pais ou responsável e a assinatura dos pais ou responsável. Favor ver os apêndices de nível de nota apropriados para procedimentos mais específicos.

Espera-se que os alunos cheguem a tempo à escola. Abaixo está um gráfico que lista os horários oficiais de início e término de nossos dias escolares. Os alunos que chegarem após estes horários de início serão considerados atrasados para a escola.

ESCOLAS	PORTAS ABERTAS PARA ESTUDANTES	O DIA ESCOLAR COMEÇA	O DIA ESCOLAR TERMINA	COMEÇAR A DEMISSÃO	DISMISSÃO FINAL	DEMISSÃO DE MEIO DIA
Ensino Médio 9-12	7:05	7:20	2:00	2:00	2:05	11:05
Média 6-8	8:02	8:12	2:40	2:40	2:48	11:55
Elementar K-5	8:50	9:05	3:20	3:25	3:35	1:05
Pré-escola		9:15	11:45	Sessão AM		

Ausências com licença

As ausências justificadas podem incluir:

- uma doença ou lesão que impeça o estudante de freqüentar a escola. A doença ou lesão deve ser verificada por um médico (pais/guardiões têm até 5 dias para enviar uma nota médica).
- uma morte na família imediata (pai, irmão, avô, tia, tio, primo) ou outra crise pessoal ou familiar significativa
- suspensão da escola
- aparições em tribunal
- viagens de campo patrocinadas pela escola
- testes médicos ou psicológicos durante o dia escolar. Os pais devem apresentar provas (como uma nota do centro de saúde) de que os testes não puderam ser agendados após as aulas.
- feriados religiosos
- os juniores e seniores terão direito a três (3) visitas universitárias documentadas a cada ano

O que é uma ausência desnecessária?

Alguns pais pensam que qualquer ausência será desculpada desde que os pais enviem um bilhete. *Isto não é verdade.* Aqui estão alguns exemplos de ausências não desculpadas - mesmo que o pai envie uma nota:

- ausência repetitiva e crônica devido a doença ou lesão. Nestes casos, para que a ausência seja dispensada, os pais devem apresentar uma carta de um médico - dentro de cinco (5) dias letivos da ausência - verificando que o aluno estava muito doente ou ferido para ir à escola.
- o estudante precisava ser babá
- classe de corte
- férias em família

- prolongamento de um feriado religioso ou cultural para além do dia ou dias designados no calendário escolar
- assistir às aulas de educação de motoristas para a prática da estrada durante o dia escolar

Os estudantes são responsáveis por recuperar o trabalho que perderam quando estavam ausentes.

Supervisor de atendimento

Em coordenação com o pessoal da escola, o Supervisor de Frequência das Escolas Públicas de Plymouth investiga os problemas de frequência principalmente fora do ambiente escolar. O supervisor trabalha na comunidade, visita as casas e aconselha os alunos e suas famílias. Quando necessário, o Supervisor de Frequência arquiva e representa casos crônicos no Tribunal Juvenil de Plymouth.

Responsabilidade pela propriedade pessoal/dispositivos eletrônicos

Os estudantes são responsáveis pelo cuidado de todos os bens pessoais.

O uso de qualquer dispositivo eletrônico pessoal não é permitido durante o horário escolar. Os dispositivos eletrônicos podem incluir, mas não estão limitados a, leitores de CD ou MP3, câmera, iPods, telefones celulares (incluindo fotos/vídeos e todas as outras aplicações), ou jogos de vídeo. Qualquer distúrbio (incluindo distribuição de mídia) causado por esses dispositivos pode resultar em ação disciplinar. As autoridades escolares não são responsáveis pela perda ou dano de tais equipamentos. Devido a preocupações de segurança, canetas laser não são permitidas em ônibus ou na escola a qualquer momento e resultarão em confisco e poderão resultar em mais ações disciplinares. Os dispositivos só serão devolvidos aos pais/responsáveis.

Um professor, ônibus ou administrador pode autorizar uma exceção ao acima mencionado se o dispositivo eletrônico for usado para fins educacionais ou durante uma viagem de ônibus de ou para um evento ou viagem de campo. O dispositivo eletrônico pode ser usado somente sob a supervisão direta do funcionário que autoriza seu uso.

A escola não tem seguro que cubra roubo ou perda de bens pessoais. Esta declaração inclui materiais pessoais trazidos para a escola, no terreno da escola, no ônibus escolar ou em atividades relacionadas à escola (por exemplo, viagens de campo).

No nível do ensino médio, os dispositivos eletrônicos pessoais podem estar na posse dos alunos durante o dia escolar. Para fins educacionais, um funcionário da escola pode permitir o uso do dispositivo eletrônico em sua sala de aula ou área de instrução a qualquer momento. O uso de dispositivos é permitido em certas áreas comuns (por exemplo, refeitório, salas de aula, etc.). É responsabilidade dos alunos se conscientizarem de onde essas áreas existem dentro de seu prédio. Os estudantes precisam lembrar que qualquer distúrbio (incluindo distribuição de mídia, trapaça, uso inadequado de mídia social, etc.) causado por esses dispositivos pode resultar em ação disciplinar. Os funcionários da escola não são responsáveis por perda, roubo ou danos a tais equipamentos. Devido a preocupações com a segurança, canetas laser não são permitidas em ônibus ou na escola a qualquer momento e resultarão em confisco e poderão resultar em outras ações disciplinares. Os dispositivos só serão devolvidos aos alunos no primeiro delito e aos pais/responsáveis com qualquer delito subsequente.

Cuidados com a propriedade da escola

Os estudantes são responsáveis pelo cuidado de todos os bens escolares (incluindo armários) emitidos e devem pagar pelos bens escolares danificados ou perdidos.

Os estudantes devem tomar extremo cuidado com itens pessoais/ em dinheiro e são encorajados a deixar itens pessoais caros e/ou grandes quantidades de dinheiro em casa. A escola não assumirá responsabilidade no caso de tal perda.

Viagens de campo

As viagens de campo são feitas para enriquecer as experiências de aprendizagem. Os estudantes que desejarem fazer uma excursão de campo devem fornecer consentimento por escrito dos pais/responsáveis antes da data programada da viagem e estão sujeitos às regras e regulamentos da escola durante a viagem de campo. Os estudantes que participam de uma viagem de campo durante a noite estão sujeitos à busca de bagagem e pertences pessoais.

Política de alimentação nas salas de aula

O Plymouth Public Schools (PPS) reconhece a crescente prevalência de alergias com risco de vida (LTA's) nos alunos e a alta porcentagem de alunos que estão acima do peso em nossas escolas, como indicado nas *Estatísticas Anuais de Saúde Estudantil do distrito (2007-2010)*. Esta política pretende garantir a segurança dos alunos com LTA's e promover o bem-estar e hábitos alimentares saudáveis nos alunos durante o dia escolar. O dia letivo é definido como o horário em que os alunos freqüentam a escola para seu programa educacional. Esta política não se refere a alimentos trazidos pelos alunos para consumo pessoal durante o horário escolar estabelecido. Consulte a Política 6.2 das Escolas Públicas de Plymouth, *Alimentos nas salas de aula*. Se seu filho tem alergia alimentar, não deixe de notificar o professor e a enfermeira da escola de seu filho.

Serviços de Alimentação

As Escolas Públicas de Plymouth oferecem um almoço diário para todos os alunos das séries K-12. Os alunos podem comprar o almoço diariamente ou os alunos têm a opção de comprar almoços com antecedência a uma taxa reduzida. Para informações sobre o menu e preços, consulte nosso website listado abaixo. Além disso, as informações sobre a merenda escolar podem ser encontradas em nossos jornais locais. Algumas escolas oferecem um programa de café da manhã. Entre em contato com sua escola para verificar a disponibilidade. Um estudante pode ter direito a almoços gratuitos ou a preços reduzidos com base na renda de uma família. As inscrições estão disponíveis durante todo o ano letivo em sua escola ou em

<http://www.plymouth.k12.ma.us/FamilySupportResources/LunchProgram/tabid/463/Default.aspx>

Atividades de captação de recursos

O patrocinador, incluindo todas as organizações-mãe, deve preencher um formulário de "solicitação de captação de recursos" e enviar o formulário para o diretor do prédio. O diretor e o superintendente do edifício ou seu designado aprovará ou desaprovará todos os pedidos de captação de recursos.

O Comitê Escolar será notificado de todas as atividades de captação de recursos aprovadas pelo diretor e superintendente do edifício ou por seu designado.

Deve-se entender que nenhuma atividade de arrecadação de fundos deve interferir na instrução educacional das crianças. Todas as atividades devem ser consideradas por seu valor educacional e devem ser anuladas de quaisquer tons comerciais. **OBSERVAÇÃO**; Ver **Política 9.1 Atividades de arrecadação de fundos**.



Nenhuma venda porta-a-porta ou solicitação será conduzida por qualquer estudante

Serviços de saúde

Os serviços de saúde são prestados por enfermeiras registradas que são assistidas em alguns escritórios por auxiliares de saúde. Todo o pessoal dos serviços de saúde mantém certificação em RCP e Primeiros Socorros. Um líder de enfermagem supervisiona as atividades dos escritórios de saúde de todo o distrito e assegura o cumprimento das normas reguladoras estabelecidas pelos Departamentos de Saúde Pública (DPH) e Educação Elementar e Secundária (DESE) de Massachusetts. Um médico/consultor da escola serve como conselheiro para o pessoal da secretaria de saúde. Nossas enfermeiras escolares possuem certificação adicional como enfermeira escolar pelo Departamento de Educação. Por favor, ajude a enfermeira da escola a cuidar de seu filho:

- atualizando os números de telefone do cartão de emergência de seu filho para que a escola possa sempre entrar em contato com você
- informar à enfermeira se seu filho tem alguma doença crônica ou aguda
- comunicar-se diretamente com a enfermeira se a medicação, as necessidades de saúde mudarem ou se tiverem sido expostas a uma doença transmissível
- informar à enfermeira se há um evento em casa ou na família que possa afetar seu filho na escola, como a morte de um animal de estimação amado, doença grave ou morte de um membro da família
- Por favor, mantenha seu filho em casa da escola se ele tiver
- uma temperatura 100O F ou superior
- vômitos, diarreia
- infecções por estreptococos de qualquer tipo, ténia, conjuntivite ou impetigo. Todas estas são infecções contagiosas e devem ser tratadas com medicamentos por pelo menos 24 horas antes de voltar à escola.
- erupção cutânea de origem desconhecida - isso pode indicar muitas coisas diferentes e deve ser verificado por seu provedor de saúde
- A dor deve ser levada a sério, especialmente em crianças pequenas. Dores de ouvido, de dente e de cabeça devem ser avaliadas
- não esteve livre de febre por 24 horas sem medicação

Se você tiver alguma dúvida, ligue para a enfermeira de sua escola e/ou verifique com seu provedor de saúde.

Convidamos você a visitar os Serviços de Saúde Escolar em www.plymouth.k12.ma.us.com para mais informações e outros links relacionados à saúde.

Seguro de Acidentes de Estudantes

O Departamento Escolar oferece cobertura de Seguro de Acidentes de Estudantes para todos os alunos que freqüentam as Escolas Públicas de Plymouth. A cobertura de Acidentes de Estudantes compensa as despesas cobertas por acidentes resultantes da participação em atividades supervisionadas e patrocinadas pela escola. A cobertura do Departamento Escolar também inclui os alunos que participam de atividades extracurriculares, esportes interescolares e eventos esportivos intramuros. Os pais/guardiões podem desejar considerar a compra de cobertura adicional de acidentes disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, junto ao fornecedor de seguros do distrito. As inscrições estão disponíveis a cada ano letivo no escritório do diretor de cada edifício.

Seguro saúde

A Comunidade de Massachusetts agora exige que todos os residentes tenham seguro saúde. Se seu filho não tiver seguro de saúde, Massachusetts tem vários planos que proporcionarão às crianças e famílias não seguradas cuidados de saúde acessíveis (podem se aplicar restrições). Se

seu filho estiver sem um provedor de saúde, a enfermeira da escola poderá lhe ajudar. Consulte a enfermeira de sua escola para obter mais detalhes.

Doença e Primeiros Socorros

A avaliação das doenças ou lesões dos alunos que ocorrem durante o horário escolar é uma parte significativa dos serviços de saúde escolar. Os cuidados são prestados conforme necessário no escritório de saúde de cada edifício escolar. A escola fará todos os esforços para alcançar os pais/responsáveis ou a pessoa de contato de emergência indicada no cartão de emergência do aluno para notificá-los de quaisquer ferimentos ou sinais significativos de doença que possam exigir observação, intervenção ou acompanhamento adicional com o provedor de serviços de saúde do aluno. No caso de uma emergência médica, os serviços/ambulância de emergência médica local podem ser ativados. Se um estudante for levado ao hospital, um funcionário da escola ficará com o estudante até a chegada dos pais/responsáveis.

Os desfibriladores automáticos externos (AED'S) estão disponíveis em áreas públicas de cada edifício escolar e são acessíveis ao público em geral no caso de uma emergência cardíaca no edifício quando a escola não está em sessão. Por favor, procure por eles quando visitar a escola de seu filho. Você pode ajudar a salvar uma vida!

Telas

As triagens são conduzidas pelo pessoal dos serviços de saúde de acordo com os regulamentos do Departamento de Saúde Pública de Massachusetts.* Se um estudante falhar uma triagem, uma carta de notificação dos pais/responsáveis é enviada para casa solicitando acompanhamento pelo provedor de serviços de saúde do estudante. As triagens são normalmente realizadas no início do ano letivo ou mediante solicitação. Se você não quiser que seu filho seja examinado para qualquer exame ou todos os exames obrigatórios, favor solicitar por escrito e entregá-lo à enfermeira da escola de seu aluno. Um exame físico atual deve estar arquivado em lugar das triagens anuais.

Crescimento: As medições de altura e peso são feitas anualmente nos alunos das séries 1, 4, 7, e 10. O Índice de Massa Corporal (IMC) é calculado para cada criança como parte do processo de triagem. Visão e audição: Realizado anualmente nos alunos das séries pré-K a 5 e das séries 7 e 10. Postural e Escoliose: Realizado anualmente nos alunos das 5ª a 9ª séries.

Triagem, Intervenção Breve e Indicação para Tratamento (SBIRT) As triagens são feitas anualmente para estudantes das séries 7 e 9. Os pais/guardiões/estudantes podem optar por não fazer a triagem SBIRT.

Exames Físicos

- Um exame físico é exigido ao entrar para todos os alunos um ano antes da entrada na escola ou dentro de 30 dias após a entrada na escola. Um exame físico atualizado é exigido novamente nas séries 3, 6, e 9.
- Um físico esportivo anual atual é necessário para a participação em todas as atividades esportivas patrocinadas pela escola.

Tenha em mente que muitos prestadores de serviços de saúde precisam de pelo menos duas semanas para copiar registros, particularmente durante os meses de verão.

Os formulários de exames físicos atléticos e de rotina estão disponíveis no escritório da enfermeira e on-line em www.plymouth.k12.ma.us na seção de Serviços de Saúde Escolar.

O papel da enfermeira da escola

O papel da enfermeira da escola profissional é facilitar a saúde e o bem-estar para que cada estudante tenha a oportunidade de sucesso acadêmico. As responsabilidades neste contexto incluem o seguinte:

Desenvolvimento de um Plano de Saúde Individualizado (IHCP)

Favor conversar com a enfermeira da escola se seu aluno tem uma necessidade médica especializada ou diagnóstico, que deve ser avaliado, gerenciado e monitorado durante o horário escolar, como asma, alergia, diabetes ou distúrbio convulsivo que ponha em risco a vida.

A enfermeira se reunirá com os pais/responsáveis para revisar informações médicas, ordens do prestador de cuidados de saúde e a prática atual baseada em evidências. O IHCP é então revisado e assinado pelos pais e médico (se necessário) e compartilhado com o pessoal escolar apropriado para assegurar a integração ótima das necessidades de saúde de seu filho no ambiente escolar.

Administração de Medicamentos

A enfermeira da escola trabalhará com você e seu filho para garantir que os medicamentos prescritos para a administração durante o horário escolar sejam tomados conforme as instruções. Todos os remédios prescritos e não prescritos (por exemplo, Tylenol, Advil, colírio) são administrados durante o horário escolar somente pela enfermeira registrada e quando uma ordem médica atual e o consentimento dos pais/responsáveis estão arquivados no escritório da enfermeira. Os medicamentos são dispensados somente do consultório da enfermeira. Existem, entretanto, situações especiais definidas pela lei estadual, tais como: para uma viagem de campo quando a enfermeira da escola pode delegar um medicamento prescrito ao professor do aluno quando o pai/mãe/responsável concordar e após um treinamento 1:1 com a enfermeira da escola e o professor; quando um aluno pode carregar e administrar seu próprio medicamento (auto-administração) devido a uma necessidade médica específica como asma, diabetes, fibrose cística e alergia com risco de vida. A auto-administração também pode ser determinada pela enfermeira da escola e pelos pais para outros medicamentos, de acordo com a política de medicamentos do distrito.

Para todos os medicamentos:

Os pais/responsáveis devem trazer todos os medicamentos (não mais que um suprimento de 30 dias) para o escritório de saúde para discutir as especificidades da administração de medicamentos e preencher os formulários de consentimento.

- Uma vez que o consentimento tenha sido completado, o medicamento substituto pode ser entregue pelo pai/mãe/responsável ou por outro adulto responsável
- Não envie remédios para a escola com seu filho
- Os medicamentos devem estar na embalagem original da farmácia etiquetada e não em um saco plástico.
- Sempre informe a enfermeira da escola se o médico acrescentou ou mudou o medicamento ou a quantidade de medicamentos que a criança está tomando.

Por favor, pergunte à enfermeira de sua escola sobre a administração de medicamentos e nossas políticas; para mais detalhes, visite <https://www.plymouth.k12.ma.us/Domain/1910>

Controle de Doenças Transmissíveis

De acordo com a lei estadual de Massachusetts, os estudantes devem ser devidamente imunizados antes de entrarem na escola. As Escolas Públicas de Plymouth exigem que as imunizações estejam em dia para entrar na escola e atualizadas conforme os padrões de imunização do Departamento de Saúde Pública de Massachusetts. Os pais/responsáveis são responsáveis por manter as imunizações atualizadas e informar a enfermeira da escola quando seus filhos tiverem recebido imunizações adicionais.

Para uma lista completa dos requisitos de imunização para cada série, por favor, pergunte à enfermeira de sua escola ou visite: <https://www.plymouth.k12.ma.us/Page/719>.

O monitoramento de infecções e outras doenças são funções importantes da enfermeira da escola. A enfermeira da escola trabalha com os pais, administradores, pessoal escolar e prestadores de serviços de saúde, Conselhos de Saúde locais e regionais, e outros profissionais para manter um ambiente saudável. Mediante recomendação da enfermeira da escola ao diretor do prédio, os alunos podem ser excluídos da escola se as vacinas não estiverem em dia ou se um aluno tiver uma doença transmissível para prevenir a transmissão da doença na escola.

Por exemplo, se houver um surto de varicela na escola e seu filho não tiver documentação de ter tido nem varicela nem a vacina contra a varicela, seu filho não poderá ir à escola por um período de tempo especificado pelo Departamento de Saúde Pública da MA.

Concussões / Lesões na cabeça

Massachusetts aprovou regulamentos sobre concussão em 2011, que obrigam as escolas médias e secundárias a ter políticas e procedimentos na prevenção, gerenciamento e retorno às atividades acadêmicas e esportivas para os alunos que sofrem uma concussão. O objetivo destes regulamentos é facilitar a recuperação dos alunos de uma concussão e prevenir lesões adicionais que podem ocorrer se um aluno retornar às atividades acadêmicas e atléticas antes que a concussão seja resolvida. A avaliação médica e a autorização são necessárias para todos os estudantes suspeitos de ter uma concussão antes de retornar às atividades acadêmicas ou atléticas. Os estudantes com concussão podem requerer acomodações acadêmicas temporárias. Se seu filho estiver tendo dificuldades na escola após uma concussão, entre em contato imediatamente com seu provedor de saúde e informe a enfermeira da sua escola. Para mais detalhes e para acessar formulários relacionados a concussões, visite www.plymouth.k12.ma.us e vá para o link Serviços de Saúde Escolar e depois para Recursos/Formulários da Família.

Registros de saúde

Um registro de saúde individual (em papel e computadorizado) é mantido para cada estudante ao longo de sua carreira escolar. O registro contém informações médicas submetidas à enfermeira, tais como exames físicos, registros de imunização e histórico de saúde completados pelos pais/responsáveis quando o estudante entrou no sistema escolar. A triagem e as visitas à secretaria de saúde durante o horário escolar são registradas. Os pais/responsáveis são solicitados a comunicar as preocupações com a saúde do aluno e os relatórios médicos à enfermeira da escola. O acesso a este registro é restrito ao pessoal da secretaria de saúde da escola e a outros funcionários da escola apenas com base na necessidade de conhecimento, conforme determinado pela enfermeira da escola. Os pais/responsáveis podem ter acesso ao registro de saúde mediante solicitação.

O histórico de saúde é transferido com o histórico acadêmico quando o estudante se muda para outra escola ou distrito. Os idosos que se formam recebem seu histórico de saúde no momento da formatura, ou o histórico pode ser buscado pelos pais/guardiões. Os registros de saúde não reclamados são mantidos na escola por um máximo de sete anos depois que o aluno deixa o sistema.

Outros Serviços Especiais de Enfermagem

Serviços para estudantes grávidas

O estado civil, maternal ou parental de um estudante não afetará os direitos e privilégios desse estudante de receber uma educação pública ou de participar de qualquer atividade extracurricular oferecida pela escola. Os estudantes grávidas são incentivados a continuar na escola em todos os casos.

Os direitos e privilégios da mãe expectante de receber uma educação pública não serão afetados. O direito do aluno de participar de qualquer atividade extracurricular oferecida pela escola também não será afetado, a menos que a referida atividade seja considerada perigosa para a saúde da mãe expectante ou da criança por nascer.

Vestimenta/Aparência pessoal

O Distrito Escolar de Plymouth incentiva os alunos a se vestirem para a escola de maneira apropriada, o que reflete o bom aprumo, a autoconfiança e o respeito pelo bem comum. Em matéria de padrões de vestuário para os alunos, as seguintes regulamentações estão em vigor:

- A principal responsabilidade pelo vestuário apropriado é do estudante e de seus pais ou responsáveis. Entretanto, no interesse de manter o clima escolar necessário essencial para um ensino e aprendizado significativo, o diretor pode proibir o vestuário inadequado devido à saúde, segurança ou uma interrupção do processo educacional.

As normas de vestuário apropriado para os estudantes devem obedecer às seguintes diretrizes:

- O vestuário não deve ser destrutivo da propriedade escolar (por exemplo, calçados que arranham, descolorem ou marcam o piso, como skateboards, sapatos com rodas (Heelys/Wheellys), ou patins em linha/tradicionais). Chinelos e sapatos sem sola não são permitidos.
- Não é permitido o uso de meias peças de vestuário nu, roupas transparentes, halter-tops, peças de lingerie, tops de corte baixo, tops de tubo e camisas musculares na escola. As saias e/ou shorts devem ter pelo menos o comprimento médio da coxa. As calças devem estar sempre no nível da cintura. Bermudas/calções boxer não devem ser visíveis.
- Linguagem ou fotos obscenas, profanas ou degradantes em roupas e/ou jóias não devem ser usadas. Além disso, as fotos e a linguagem a respeito de substâncias ilegais também são proibidas.
- Chapéus, bandanas, capuzes e outros protetores de cabeça não são considerados trajes apropriados dentro de um edifício escolar e, como tal, não devem ser usados. É permitido o uso de chapéus religiosos, por exemplo, yarmulkes e burkas.
- Casacos e jaquetas projetados para uso externo não devem ser usados em edifícios escolares e devem ser colocados em armários, armários de casacos ou outras áreas designadas durante o dia escolar. Casacos de terno, jaquetas e blazers podem ser usados na escola.

O diretor e/ou o designado está autorizado a fazer com que os alunos troquem suas roupas na escola e/ou mandem os alunos infratores para casa para trocar suas roupas.



Os alunos que usam roupas consideradas inadequadas para uso escolar podem estar sujeitos a ação disciplinar.

Relatar o progresso do estudante

Cartões de relatórios

Os Report Cards são projetados como uma ferramenta para se comunicar com pais e alunos. Os boletins são emitidos duas vezes por ano para os alunos da série K; três vezes por ano para as séries 1-5; e trimestralmente para os alunos das séries 6-12. Nas séries K-5, o progresso do aluno é medido pela sua capacidade de atingir os padrões estabelecidos para o nível da série na Grade de Massachusetts. O boletim escolar baseado em padrões informa o desempenho acadêmico, esforço e desenvolvimento social dos alunos com base nos padrões e expectativas do nível da classe Plymouth.

Os boletins baseados em padrões fornecem uma comunicação clara sobre como um estudante está se comportando em relação aos padrões de nível de classificação. O desenvolvimento social e emocional e os hábitos de trabalho também estão incluídos. Favor consultar o calendário escolar para as datas de emissão dos boletins escolares.

Atualizações de Progresso Acadêmico

Os estudantes da 6ª-12ª série e seus pais são encorajados a utilizar o livro eletrônico de notas dentro do banco de dados de informações estudantis para o registro mais atualizado do progresso acadêmico. Os professores são obrigados a atualizar "ASPEN" regularmente. As notas publicadas refletem a posição acadêmica atual de seu filho dentro da sala de aula. O calendário distrital identificará as datas trimestrais indicando as notas do período letivo. Se você não tiver acesso a um computador, favor entrar em contato com a escola para uma atualização em papel.

Conferências de Pais e Mestres

Os pais podem contatar a escola para agendar uma conferência sobre o progresso de seus filhos a qualquer momento durante o ano letivo. Os professores também podem solicitar uma conferência com os pais para discutir quaisquer preocupações.

Segurança e emergências

A segurança do estudante é nossa primeira prioridade:

- Mantenha as informações de emergência de seu filho em dia! Certifique-se de que a escola tem informações ATUALIZADAS!
- Números de telefone de casa, celular e do trabalho dos pais/guardiões
- Endereço atual
- Endereço de e-mail atual
- Uma pessoa de contato de emergência com número de telefone e endereço atuais (se o pai não puder ser contatado)
- Informações sobre seguro saúde
- Ligue imediatamente para a escola se houver
- mudanças

Notificação escolar de ausências

Muito raramente, uma criança pode sair de casa pela manhã, mas não chega à escola. Espera-se que os pais contatem a escola na manhã de uma ausência. A escola fará todos os esforços para telefonar para sua casa se não tivermos notícias de você. Além disso, pode haver uma ocasião rara quando uma criança pode sair da escola, mas não voltar para casa. Se seu filho não chegar em casa como esperado, por favor, entre em contato com a escola imediatamente.

Liberação de estudantes para adultos que não o pai/mãe/guardião

O objetivo das Escolas Públicas de Plymouth para esta política é a segurança de uma criança.

- 1.0 As Escolas Públicas de Plymouth não permitirão que ninguém além do pai/mãe/responsável pela guarda da criança leve a criança para longe da escola. Se o pai/mãe/responsável quiser que um parente, amigo, ex-cônjuge, outro adulto ou prestador de cuidados busque a criança na escola, o pai/mãe/responsável deve dar permissão por escrito com antecedência.
- 2.0 Um pai custodiante deve fornecer imediatamente ao gabinete do diretor qualquer ordem judicial relativa à custódia do aluno.
- 3.0 Os estudantes não serão liberados para um pai não-custódio, ou seja, um pai que não tenha custódia física, sem um formulário escrito assinado pelo pai custódio e uma cópia da ordem judicial mais recente.

- 4.0 Se houver um acordo entre os pais de que o pai não-custódio irá buscar o aluno regularmente, o pai custódio deve fornecer um formulário para o diretor listando o período ou datas em que o acordo começará e terminará, e em que dias o pai não-custódio irá buscar a criança. O pai não-detentor deverá apresentar uma carteira de habilitação ou outra foto de identificação emitida pelo governo antes que a criança seja liberada e assinará o Registro de Despedimento.
- 5.0 Todas as permissões por escrito serão mantidas em arquivo e logadas.
- 6.0 As escolas públicas de Plymouth não liberarão uma criança com base em uma chamada telefônica ou em qualquer forma de comunicação eletrônica.
- 7.0 O indivíduo deve mostrar a identificação com foto emitida pelo governo antes que a escola libere o aluno.
- 8.0 Se uma criança for liberada para um pai/mãe/responsável, um designado verificado, ou qualquer outra pessoa, o adulto que vai buscar a criança deve assinar o Registro de Despedimento.
- 9.0 O consentimento por escrito do pai/mãe responsável permanecerá válido durante o ano letivo atual e precisará ser renovado anualmente. As Escolas Públicas Plymouth terão o direito de confiar na documentação contida no arquivo do aluno para liberar o aluno.

Andadores

Os pais que desejam que seus alunos voltem para casa a pé da escola todos os dias devem dar permissão por escrito no início do ano letivo. A permissão será mantida em arquivo no escritório principal. **NOTA: Os alunos devem estar na quarta série ou acima para voltar a pé para casa sem um irmão adulto ou mais velho, a menos que a escola de seu filho tenha restrições adicionais.**

Paradas de ônibus

Um pai/responsável deve estar na parada do ônibus para todos os alunos do jardim de infância, da primeira e segunda séries. Caso contrário, o aluno não será deixado e será devolvido à escola.

Quando uma criança não é recolhida na escola

Se uma criança não for recolhida na escola, o diretor tentará contatar os pais ou a pessoa de contato de emergência. Nos casos em que não for possível fazer contato com um dos pais, será necessário que o diretor ligue para o Departamento de Polícia de Plymouth ou para o Departamento de Crianças e Famílias para garantir a segurança da criança.

Segurança escolar

Os alunos não devem chegar à escola antes da abertura oficial do dia letivo. Os caminhantes devem planejar sua viagem à escola de acordo, e os pais/guardiões que optarem por levar seus filhos à escola devem planejar permanecer com eles até que as portas da frente sejam abertas. Lembre-se que as escolas não oferecem supervisão de adultos antes da abertura oficial do dia letivo.

Todos os pais/responsáveis/visitantes devem entrar na escola pela entrada principal e devem se apresentar na recepção ou na secretaria principal. É necessária a identificação com foto.

Todos os pais/guardiões/visitantes receberão um passe se prosseguirem para qualquer parte do

edifício que não seja o escritório principal.

Os pais/guardiões são encorajados a se voluntariarem em nossas escolas. Aqueles que desejam ser voluntários devem ter em arquivo na escola um CORI (Criminal Offender Record Information) aprovado. Os voluntários se reportarão ao escritório todos os dias e receberão uma etiqueta com o nome para usar enquanto estiverem no edifício.

Os únicos alunos que podem visitar as aulas são aqueles que pretendem se matricular em uma Escola Pública Plymouth. Antes de qualquer visita, deve ser concedida permissão da administração.

Qualquer indivíduo que esteja presente no prédio da escola sem permissão está transgredindo e pode estar sujeito a processo judicial. Qualquer aluno no prédio da escola sem permissão pode estar sujeito a ação disciplinar, bem como a possíveis processos judiciais.

Perfuratrizes de incêndio

Durante uma evacuação, espera-se que os alunos saiam calmamente, permaneçam com seu professor/classe e ouçam as instruções. Quando um "tudo limpo" for soado, os alunos poderão retornar ao prédio da escola.

Bloqueio/Detenção de Passagem - Fique no lugar

Durante um bloqueio ou "hold-passing/stay-in-place", espera-se que os alunos permaneçam com seu professor/classe e ouçam as instruções. **Para uma situação de trancamento**, um policial liberará a classe e permitirá que os alunos retomem suas atividades normais. **Para uma situação de "permanência no local"**, será feito um anúncio para permitir que os alunos retomem suas atividades normais.

Abuso e negligência de crianças

Se o pessoal escolar suspeitar que um aluno está sendo abusado ou negligenciado, eles são obrigados por lei (Capítulo 119, Seção 51A) a denunciá-lo ao Departamento da Criança e da Família do MA (DCF).

A lei de MA exige que os repórteres mandatados façam imediatamente um relatório oral ao Departamento de Crianças e Famílias quando, em sua capacidade profissional, tiverem motivos razoáveis para acreditar que uma criança menor de 18 anos está sofrendo abuso ou negligência.

É dentro dos procedimentos das Escolas Públicas de Plymouth que o repórter mandatado também notifica qualquer possível abuso ou negligência de uma criança ao diretor de seu prédio.

As Escolas Públicas de Plymouth cooperam com a triagem e as investigações do DCF. Às vezes os funcionários da DCF podem entrevistar funcionários da escola ou podem pedir para entrevistar alunos durante o dia escolar. Um repórter mandatado deve divulgar informações relevantes para a DCF.

Como relator mandatado, o funcionário também é obrigado por lei a apresentar um relatório escrito ao DCF dentro de 48 horas após a elaboração do relatório oral.

É fundamental lembrar que somente o Departamento da Criança e da Família pode determinar se ocorreu um caso real de abuso ou negligência. Para informações adicionais sobre os procedimentos do DCF Child Abuse or/Neglect, ligue para 1-800-792-5200 ou 508-732-6200.

Programas Especiais

Instrução de Imersão em Inglês Abrigado

O Programa de Imersão em Inglês Abrigado é para estudantes que não falam inglês ou cuja língua nativa não é o inglês.

Todas as famílias completam uma Pesquisa de Idioma em Casa quando matriculam seus filhos na escola. Se os pais declararem, nessa pesquisa, que o idioma de origem do aluno não é o inglês, o aluno será solicitado a fazer um pequeno teste para determinar suas habilidades no idioma inglês. O departamento escolar usa este teste para determinar a elegibilidade para a Instrução de Imersão em Inglês Abrigado.

As Escolas Públicas de Plymouth colocam os alunos em salas de aula abrigadas de imersão em inglês, nas quais quase todos os livros e materiais didáticos são em inglês, com um currículo modificado e apresentação projetada para os alunos que estão aprendendo o idioma com base nas estruturas e padrões de aprendizagem do Departamento de Educação de Massachusetts. Os professores podem usar idiomas nativos para fins de esclarecimento e segurança.

Uma sala de aula abrigada de imersão em inglês eficaz é aquela onde há freqüentes oportunidades de interação e discussão entre professor e aluno e colegas de classe. De acordo com a lei federal, as Escolas Públicas de Plymouth asseguram que os estudantes de inglês recebam instrução eficaz na língua inglesa e instrução de conteúdo. O conteúdo e o currículo são apropriados à(s) idade(s) e à(s) série(s) dos alunos da classe. A instrução é apropriada ao nível de proficiência em inglês do aluno.

504 Plano de acomodação

Um Plano de Acomodação 504 é um documento legal que se enquadra nas disposições da Lei de Reabilitação Americana de 1973. Esta é uma lei de direitos civis para proteger as pessoas com deficiências, eliminando barreiras e permitindo a participação plena na educação. Um Plano de Acomodação 504 foi projetado para articular e implementar um programa de serviços instrucionais, incluindo modificações gerais em sala de aula, para ajudar os estudantes com deficiências. Um plano 504 não é um Programa de Educação Individualizada (IEP) e é um direito de educação regular. Para que um estudante se qualifique para um Plano de Acomodação 504, certos requisitos são estabelecidos pelos regulamentos federais. Elas incluem o seguinte: Indicação, Avaliação não discriminatória, Elegibilidade, Procedimentos de Colocação, Salvaguardas de Procedimentos (Processo Due), e a redação do Plano Individual de Acomodação. Se um estudante estiver em um IEP, ele substitui um plano da Seção 504. Um estudante em um IEP não precisa receber um plano de acomodação 504.

Um estudante com deficiência é o mesmo que "uma pessoa deficiente". Como definido pela lei federal, a definição é a seguinte:

- *Pessoa deficiente significa qualquer pessoa que (i) tenha uma deficiência física ou mental, o que limita substancialmente uma ou mais atividades vitais importantes (ii) tenha um registro de tal deficiência, ou (iii) seja considerada como tendo tal deficiência.*

Serviços de Educação Especial

De acordo com o Regulamento de Educação Especial (603 CMR 28.00), um estudante identificado com uma deficiência que tenha impacto sobre sua educação deve receber uma educação pública gratuita e apropriada no ambiente menos restritivo que inclua serviços e/ou programas especialmente projetados que atendam suas necessidades educacionais individualizadas. Um estudante tem direito a serviços de educação especial se ele ou ela atender a todos os três critérios

listados abaixo:

- O estudante tem uma deficiência identificada
- O estudante não pode progredir efetivamente no programa de educação geral sem o fornecimento de instrução especialmente projetada
- O estudante requer instrução e/ou serviços especialmente projetados para progredir efetivamente

As leis de educação especial são fundamentadas em seis princípios básicos: participação dos pais e dos estudantes; educação pública gratuita e apropriada; avaliação apropriada; programa educacional individualizado (IEP); ambiente menos restritivo; e salvaguardas processuais.

Se você acredita que seu filho possa necessitar de serviços de educação especial, favor entrar em contato com o diretor do prédio ou com o conselheiro para auxiliá-lo no processo. Os regulamentos estaduais que regem o processo de Educação Especial e o folheto "Notice of Procedural Safeguards" estão disponíveis em todas as escolas para revisão. Para maiores informações sobre educação especial, por favor, sinta-se à vontade para contatar o Diretor de Educação Especial.

Educação alternativa: Instrução domiciliar e hospitalar

As Escolas Públicas de Plymouth oferecem aulas particulares e hospitalares aos alunos que "no julgamento de seu médico, devem permanecer em casa ou no hospital por um dia ou noite, ou qualquer combinação de ambos, por um período de pelo menos quatorze dias letivos em qualquer ano letivo". Antes que um estudante possa receber estes serviços, um médico licenciado deve preencher um formulário exigido pelo estado. Os formulários estão disponíveis na escola de seu filho ou através do Escritório de Educação Especial ou dos Serviços de Apoio ao Estudante.

Os estudantes que têm doenças crônicas ou enfermidades podem ser elegíveis para os Planos da Seção 504 e, nesses casos, a exigência de 14 dias será dispensada. Com exceção daqueles estudantes que têm doenças ou condições crônicas debilitantes, a tutoria domiciliar ou hospitalar é considerada de curto prazo (não mais que 60 dias) e não substitui a frequência regular à escola.

Educação alternativa: Educação em casa:

Os pais que moram em Plymouth e querem ir à escola em casa de seus filhos devem solicitar a aprovação da Secretaria de Serviços de Apoio ao Estudante das Escolas Públicas de Plymouth. Eles devem demonstrar que sua proposta de educação em casa segue as Diretrizes para Educação em Casa em Massachusetts e a Política de Educação Alternativa em Casa das Escolas Públicas de Plymouth. Os alunos devem permanecer na escola até que o Comitê Escolar aprove o plano da escola em casa.

Planos Curriculares de Acomodação (PAC)

Para estudantes individuais que estejam enfrentando dificuldades em qualquer área (por exemplo, acadêmica, social/emocional, comportamental), o pessoal escolar pode recomendar o desenvolvimento de um Plano de Acomodação Curricular. O plano é projetado para coordenar melhor os serviços e apoio apropriados dentro do programa de educação regular, incluindo, mas não limitado a, instrução direta e sistemática em todas as áreas acadêmicas, bem como a prestação de serviços para atender às necessidades das crianças cujo comportamento pode interferir no aprendizado. Os pais/responsáveis são notificados de qualquer reunião quando um CAP pode ser desenvolvido para seus filhos.

Serviços de remediação

Nossas escolas oferecem vários serviços de remediação. Entre em contato com o orientador escolar ou psicólogo escolar de seu filho para obter os requisitos de elegibilidade, tipos de serviços

disponíveis e qualquer outra informação relacionada.

Outros serviços de apoio

Entre em contato com a escola de seu filho e visite www.plymouth.k12.ma.us para obter informações sobre suportes adicionais para os alunos que possam estar disponíveis.

Transporte

LEI DE TRANSPORTE ESCOLAR DE MASSACHUSETTS: M.G.L.c.71, § 68 exige que os distritos escolares forneçam transporte gratuito uma vez por dia de ida e volta à escola para os alunos das séries K a 6 que vivem a duas ou mais milhas de suas escolas designadas. A opção de transporte de ônibus pago é oferecida aos alunos do K-6 que vivem dentro do limite de duas milhas e para todos os alunos das séries 7-12. Se seu filho se qualificar para almoços gratuitos ou a preço reduzido, a taxa de transporte será dispensada, independentemente da distância de sua casa da escola ou do nível de escolaridade de seu filho. Para detalhes de itinerários e mais informações sobre tarifas, por favor, visite nosso site da escola.

Transporte especial

Serviços especiais de transporte podem estar disponíveis para estudantes com deficiências e com condições médicas ou físicas que os impeçam de caminhar até a escola ou uma parada de ônibus. Nos casos em que pode haver uma deficiência temporária, é necessária documentação médica original, fornecendo o motivo pelo qual a criança necessita de transporte para necessidades especiais. Para os estudantes com necessidades especiais identificadas, é a EQUIPE de necessidades especiais que determina se a criança necessita ou não de transporte para necessidades especiais.

Ônibus tardios

No nível secundário, os ônibus atrasados estarão disponíveis como uma conveniência para que os pais ofereçam aos estudantes a oportunidade de ficar para obter ajuda extra ou para participar de atividades extracurriculares. A utilização desses ônibus é um privilégio e todas as regras e regulamentos que se aplicam aos ônibus diários regulares estarão em vigor.

Os ônibus atrasados funcionarão em um horário pré-determinado que é posterior à demissão normal e funcionarão de acordo com um cronograma baseado em construção. As rotas consolidarão as rotas diárias regulares, servindo as principais estradas da cidade, operando em uma base regional, com a intenção de que os pais possam buscar seus alunos em um local mais próximo de sua residência.

Aulas agrícolas/Profissionais e Transporte

Os estudantes de Plymouth que procuram admissão em uma escola fora do distrito com programas de educação agrícola/vocacional técnica aprovados pelo estado (Capítulo 74 - Programas aprovados não oferecidos em Plymouth) devem consultar seu orientador o mais tardar até fevereiro e devem apresentar um *pedido de matrícula de estudante não-residente de Educação Técnica Profissional Capítulo 74*

www.doe.mass.edu/cte/admissions/nonres_app.pdf ao Superintendente de Escolas o mais tardar até 1º de abril. Além disso, uma solicitação à Plymouth Vocational Technical Education deve ser apresentada até 1º de março.

Se um estudante está planejando seguir um curso agrícola/vocacional, ele é orientado a fazer um pedido para a Bristol County Agricultural High School.

Pode haver casos em que o estudante não tenha recebido até 1º de abril uma notificação de aceitação, rejeição ou lista de espera (status não aceito) de seu distrito de origem ou da escola fora do distrito ao qual ele se candidatou. Entretanto, o pedido de matrícula do estudante não residente do Capítulo 74 de Educação Técnica Profissional ainda deve ter sido recebido pelo Superintendente das Escolas Públicas de Plymouth até 1º de abril. Se o programa vocacional agrícola não for oferecido na escola vocacional técnica ou agrícola regional específica, o estudante pode se candidatar a uma escola vocacional/grícola diferente (aprovado no Capítulo 74) que ofereça o programa específico.

Procedimentos e Regulamentos para Ônibus Escolares

A viagem de ida e volta à escola é essencialmente uma extensão da própria escola. A conduta inadequada a bordo do ônibus deve ser tratada como um delito escolar, sujeito a punição a critério da administração da escola. Isto pode significar uma negação do privilégio de transporte. Ofensas contínuas devem ser aceitas como causa para uma audiência perante o Superintendente de Escolas ou seu designado. No interesse da segurança e bem-estar de todos os alunos transportados, alunos,

pais/guardiões, professores, administradores e motoristas de ônibus devem entender e praticar os procedimentos/regulamentos que se seguem:

O motorista está a cargo total do ônibus e dos estudantes que nele viajam. Ele ou ela terá o direito de designar estudantes para assentos específicos dentro do ônibus e deve aceitar como sua responsabilidade a obrigação de comunicar à administração os nomes de quaisquer estudantes que se comportem seriamente mal.

Todos os ônibus serão monitorados com câmeras de áudio/vídeo.

- Não se pode fumar a bordo de nenhum ônibus a qualquer momento. Esta é uma exigência da lei estadual de Massachusetts.
- As janelas e portas não devem ser abertas ou fechadas, exceto com a permissão do motorista do ônibus. Em nenhum momento objetos de qualquer tipo devem ser jogados dentro do ônibus ou através de uma janela aberta.
- Os estudantes devem esperar que o ônibus chegue a uma parada completa antes de embarcarem ou saírem. Não deve haver qualquer movimento quando o ônibus estiver em movimento.
- Os alunos que devem atravessar a rua para entrar no ônibus escolar são lembrados de esperar até que o ônibus chegue a uma parada completa e o motorista tenha ligado as luzes vermelhas intermitentes. Os estudantes, então, devem procurar os dois lados para verificar o tráfego antes de atravessar a rua para embarcar no ônibus.

Os estudantes que saem do ônibus e devem atravessar a rua para voltar para casa devem passar na frente do ônibus; parar; olhar para os dois lados; depois atravessar a rua com cautela. (Muitos motoristas não obedecem à "regra das luzes piscantes do ônibus escolar").

A linguagem imprópria não deve ser tolerada e deve ser considerada causa de um relatório à administração; gritar e/ou gritar não deve ser considerado apropriado e deve ser considerado como causa de ação disciplinar.

Devem ser consideradas infrações às regras durante o transporte, para as quais os estudantes podem ser denunciados e invocadas ações disciplinares: recusa em obedecer ao motorista, brigas, fósforos ou acendedores de cigarros, pendurar na janela, incomodar os outros, ou qualquer outro comportamento que distraia o motorista da operação segura do veículo e comprometa a segurança de todos os passageiros.

Objetos que possam ser considerados um risco à segurança (conforme determinado pela administração escolar), ou quaisquer animais, não devem ser trazidos em ônibus escolares em nenhum momento. Skates e patins em linha/tradicionais não devem ser trazidos em ônibus escolares.

Os estudantes devem estar em suas paradas de ônibus apropriadas e dentro do horário estabelecido. Eles devem esperar pelo ônibus em um ponto designado pelo motorista e devem se comportar de forma a não causar inconvenientes aos vizinhos na área de carga. Os estudantes devem andar somente no ônibus para o qual foram designados.

Os danos ao ônibus escolar devem ser considerados da mesma forma que os danos a qualquer propriedade escolar. Aqueles que desfigurarem ou de outra forma destruírem tais bens serão considerados responsáveis por sua reparação ou substituição e poderão ser sujeitos a disciplina.

Os estudantes não poderão ser transferidos para outro ônibus por razões sociais (por exemplo, festas, visitas após as aulas). Um estudante poderá ser autorizado, a critério da administração

do prédio, a transferir-se para outro ônibus apenas para uma creche, babá e para fins de emergência. Esta transferência é permitida se houver espaço disponível, e o ponto de entrega estiver em uma rota de ônibus existente.

O pai/responsável deve enviar uma nota de solicitação à administração do edifício, incluindo os números de telefone das pessoas a serem contatadas em caso de emergência. Caso o espaço deixe de existir, o transporte se tornará responsabilidade do pai/mãe/responsável.

Os formulários de disciplina de ônibus serão utilizados pelos motoristas e administradores, conforme a necessidade.

Retirada da escola

Qualquer aluno que desejar deixar a escola deve notificar seu orientador e o diretor sobre tais intenções. Nenhum aluno menor de 18 anos poderá sair da escola sem a autorização por escrito de seus pais/responsáveis.

Se um estudante for menor de 16 anos, ele não poderá desistir da escola. Se o aluno tiver 16-17 anos, ele deve ter permissão dos pais/responsáveis. Se o aluno tiver 18 anos ou mais, ele/ela poderá se retirar da escola.

É nosso objetivo conduzir uma reunião de saída com qualquer aluno que se retire ou se transfira de uma escola para determinar o motivo da retirada ou transferência. O objetivo desta reunião é fornecer ao aluno e aos pais informações sobre quaisquer opções disponíveis para terminar a escola, incluindo a possibilidade de retornar ao ensino médio.

Licenças de trabalho

Qualquer pessoa menor de 18 anos deve obter uma permissão de trabalho de sua escola sempre que obtiver um cargo pela primeira vez ou fizer uma mudança no emprego. Consulte a escola quanto ao horário e local apropriados.



O Código de Conduta

As Escolas Públicas de Plymouth acreditam que uma boa disciplina escolar promove oportunidades educacionais iguais e um ambiente educacional seguro e eficaz.

Os estudantes precisam de um ambiente seguro e ordenado no qual aprender. Os estudantes têm a responsabilidade de se comportar adequadamente. Os estudantes não podem interromper o processo educacional, colocar em perigo ou privar outros de seus direitos a uma educação.

Procedimentos justos e razoáveis serão seguidos para assegurar aos estudantes seus direitos. Os alunos devem reconhecer que, para manter um ambiente propício ao aprendizado, os funcionários da escola devem exercer uma autoridade razoável. Quaisquer referências a possíveis conseqüências disciplinares contidas no manual do estudante ou outras políticas escolares são diretrizes para fornecer uma estrutura para sanções. O diretor da escola ou o designado deve ter a discricão para impor sanções mais ou menos severas, a seu critério, com base nas circunstâncias individualizadas.

Código de Conduta

Não perca os Privilégios Escolares!

Os alunos têm a oportunidade de participar de muitas funções e atividades escolares especiais, tais como viagens de campo, celebrações, apresentações, dias de aula, bailes e cerimônias de formatura, entre outras. A participação em tais atividades é um privilégio a ser conquistado - e não um "direito". Ao violar regras baseadas em níveis, o Código de Conduta, ou ao se envolver em atividades ilegais ou ilícitas fora da escola, um aluno pode perder esses privilégios. O diretor tem autoridade para limitar ou negar a participação de um estudante em funções e atividades especiais.

Atitude-Comportamento e Linguagem

Espera-se que os alunos sejam sempre respeitosos e corteses com todos, enquanto estiverem na escola, no ônibus escolar e durante as atividades relacionadas à escola.

Regras:

1. Espera-se que os estudantes obedeçam a qualquer pedido razoável feito por um membro da equipe.
2. Espera-se que os estudantes usem sempre uma linguagem adequada (sem linguagem grosseira, profana ou obscena) na escola.
3. Os estudantes devem ser respeitosos com seus colegas, membros do pessoal ou convidados.



Os estudantes não devem cometer nenhum ato, o que coloca em risco a saúde ou a segurança dos estudantes e do pessoal.

Cafeteria

Para tornar a cafeteria um lugar agradável e seguro para todos, esperamos um comportamento responsável.

Regras:

1. Os estudantes devem entrar de forma ordenada.
2. Espera-se que os estudantes sejam corteses e respeitosos em todos os momentos.
3. Os estudantes não devem tocar nos alimentos ou pertences de outros.
4. Ao terminar o almoço, os estudantes descartarão o lixo e aguardarão até a demissão.
5. Os alunos devem deixar as áreas da mesa limpas.
6. Os estudantes devem usar as boas maneiras e etiqueta aceitas à mesa.
7. Os estudantes devem permanecer sentados, a menos que seja permitido fazer o contrário.
8. Os estudantes não podem levar alimentos ou bebidas de qualquer tipo para o corredor.
9. Os alunos devem receber permissão de um dos professores supervisores e/ou auxiliares para sair da cafeteria
10. Os alunos serão dispensados por sinal no final do almoço e deverão prosseguir para a próxima aula designada de forma ordenada.
11. Os estudantes precisam formar uma linha de encomendas ao fazer qualquer compra na cafeteria.

Negação de transporte

As Escolas Públicas de Plymouth consideram o ônibus escolar como "uma extensão da sala de aula". Temos os mesmos padrões de comportamento no ônibus escolar que temos na escola. Por exemplo, os estudantes devem permanecer em seus assentos; e não devem pendurar-se pelas janelas, empurrar ou lutar com outros estudantes, jogar coisas, ou tentar distrair o motorista.

Os estudantes que violarem o Código de Conduta enquanto estiverem no ônibus poderão ser disciplinados e o transporte poderá ser negado. Alguns ônibus escolares são equipados com câmeras de vídeo. As fitas de vídeo podem ser usadas como prova para disciplinar os alunos que se comportam mal no ônibus.

Falso Alarme de Fogo/Bomba e/ou Violação com Equipamento de Incêndio

Um aluno considerado responsável por um falso alarme de incêndio, incluindo um susto de bomba, ou adulteração do equipamento de incêndio será suspenso da escola, com uma conferência obrigatória de pais/responsáveis com um administrador do prédio (o que pode levar a outras ações disciplinares até e incluindo a possível expulsão da escola). Além disso, a escola notificará o Departamento de Polícia de Plymouth sobre qualquer incidente desse tipo.

Luta

A natureza da escola é tal que não é permitido lutar em qualquer lugar dentro dos limites da escola (corredores, salas de aula, terrenos da escola ou qualquer outra parte da escola).

A luta é tão perigosa e perturbadora que a suspensão pode ser necessária como consequência para desencorajá-la de ser considerada uma solução.

Exposições públicas de afeto

As demonstrações públicas de afeto são inadequadas na escola e não serão toleradas. Favor consultar a seção do manual sobre Assédio Sexual para maiores informações.

Suspensão/Expulsão

Suspensão Informações gerais

A suspensão envolve a exclusão de um aluno da escola e/ou de atividades patrocinadas pela escola. Como administrado pelas Escolas Públicas de Plymouth, uma suspensão pode incluir: (1) suspensão na escola durante parte ou todo o dia letivo; (2) remoção do aluno do prédio da escola ou do saldo do dia letivo (se os pais ou responsáveis do aluno puderem ser contatados); e (3) continuação da exclusão do aluno da escola, dos terrenos da escola ou da frequência ou participação em atividades patrocinadas pela escola até que o período de suspensão tenha sido concluído e o aluno tenha sido readmitido na escola. Os pais serão notificados de qualquer suspensão na escola por telefone, seguido de uma carta formal de suspensão na escola. Os pais terão uma oportunidade razoável de participar de uma audiência antes de um aluno ser suspenso fora da escola. As suspensões são desculpas de faltas à escola. Os alunos receberão trabalho de maquiagem para fora da suspensão escolar e receberão prazos específicos para submeter trabalhos e avaliações de maquiagem de acordo com o Plano de Serviços Educacionais de toda a escola.

Ofensas por Suspensão ou Expulsão

O Código de Conduta diz que um estudante PODE ser suspenso ou expulso por ofensas graves, inclusive:

- possuindo uma arma de fogo;
- uso de uma arma ou objeto perigoso de uma forma ameaçadora;
- agressão e agressão contra funcionários da escola resultando em ferimentos físicos;
- agressão sexual;
- vender ou distribuir uma substância controlada (incluindo drogas ilegais), ou possuir uma substância controlada com a intenção de vendê-la ou distribuí-la;
- agressão e agressão contra funcionários da escola ou outra pessoa - isto significa prejudicar, tentar prejudicar ou ameaçar prejudicar outra pessoa, com ou sem uma arma ou objeto perigoso;
- posse/uso de uma substância controlada, álcool, ou qualquer tipo de intoxicante;
- trazer uma arma ou fac-símile de arma para a escola;
- posse/utilização de produtos de tabaco;
- ameaçando outra pessoa com uma arma falsa ou com um objeto perigoso;
- atear ou tentar atear um incêndio, posse do(s) dispositivo(s) incendiário(s);
- danificando ou roubando propriedade privada ou escolar (ou ameaçando fazê-lo);
- fazer uma ameaça de bomba ou puxar/notificar um falso alarme de incêndio;
- violar os direitos civis de outros, incluindo, mas não se limitando ao uso de calúnias raciais ou étnicas;
- comportamento obsceno, incluindo, mas não limitado a gestos, desenhos e linguagem;
- assédio/assédio/bullying;
- assediando sexualmente outra pessoa;
- alteração física;
- abuso/profania verbal;
- quebrando as regras para o uso aceitável do e-mail e da Internet;
- interrompendo a atividade escolar ou de sala de aula, incluindo o uso não autorizado de telefones celulares;
- insubordinação/recusa de seguir um pedido razoável;

- adulteração dos registros escolares;
- batota/plágio;
- corte de detenção;
- deixando a escola sem permissão ou cortando aula (es).

Em certas circunstâncias, um aluno pode ser suspenso ou expulso por conduta não relacionada às atividades escolares ou escolares, como quando o aluno é acusado ou condenado por um crime e o diretor determina que a presença continuada do aluno perturbaria a escola.

OBSERVAÇÃO: A lista acima destina-se a servir apenas como uma diretriz geral e não deve limitar a autoridade do Principal para impor disciplina para outros atos de má conduta. Qualquer incidente considerado inapropriado pelo principal ou designado pode resultar em uma suspensão ou expulsão. Em certos casos, poderá ser encaminhado ao departamento de polícia para investigação adicional.

Processo disciplinar devido

Processo devido sob M.G.L. 71, Seção 37H ¾

(Para todos os delitos, exceto posse de uma arma perigosa, posse de uma substância controlada, agressão ao pessoal e delitos de delito)

Definições sob M.G.L. c. 37H 3/4

Superintendente - o Superintendente ou designado para fins disciplinares.

Expulsão: a remoção de um aluno das dependências da escola, atividades regulares em sala de aula e atividades escolares por mais de noventa (90) dias escolares consecutivos.

Suspensão na escola: a remoção de um aluno das atividades escolares regulares, mas não das instalações da escola, por não mais de (10) dias letivos consecutivos, ou não mais de dez (10) dias letivos cumulativamente para múltiplas infrações durante o ano letivo. *Remoção somente da participação em atividades extracurriculares ou eventos patrocinados pela escola, ou ambos, não contarão como remoção no cálculo dos dias letivos.

Suspensão de longo prazo: a remoção de um aluno das dependências da escola e atividades regulares em sala de aula por mais de dez (10) dias escolares consecutivos, ou mais de dez (10) dias escolares cumulativamente para múltiplas infrações disciplinares em qualquer ano escolar. A remoção somente da participação em atividades extracurriculares ou eventos patrocinados pela escola, ou ambos, não contarão como remoção no cálculo dos dias letivos. As suspensões ou exclusões estão de acordo com M.G.L. c. 71, §§37H e 37H ½ não contam para o cálculo do número de dias de suspensão de acordo com M.G.L. c. 71, § 37H 3/4. Da mesma forma, os dias de remoção de emergência não contam como dias de suspensão de acordo com M.G.L. c. 71, § 37H 3/4.

Diretor: o administrador primário da escola ou o designado pelo diretor para fins disciplinares.

Aviso por escrito: Correspondência escrita enviada por entrega em mãos, correio certificado, correio de primeira classe, e-mail para um endereço fornecido pelos pais para comunicações escolares, ou qualquer outro método de entrega acordado entre o diretor e os pais.

(Favor observar: estes procedimentos do devido processo aplicam-se somente à M.G.L. c. 71, § 37H ¾. Para procedimentos de processo justo para delitos sob M.G.L. c. 71, §§ 37H e 37H 1/2, favor ver as seções apropriadas abaixo)

Em todos os casos de má conduta do estudante sob a M.G.L. c. 71, § 37H 3/4 para os quais a suspensão pode ser imposta, o diretor deverá exercer discricção ao decidir a conseqüência da ofensa; considerar maneiras de engajar novamente o estudante no aprendizado, e evitar usar a suspensão a longo prazo da escola como conseqüência até que as alternativas tenham sido tentadas. As alternativas podem incluir o uso de estratégias e programas baseados em evidências, tais como mediação, resolução de conflitos, justiça restaurativa, e intervenções e apoios comportamentais positivos.

Remoção de emergência; M.G.L c. 71, § 37H ¾ - Um diretor pode remover temporariamente um aluno da escola quando um aluno é acusado de uma ofensa disciplinar e a presença contínua do aluno representa um perigo para pessoas ou bens, ou perturba material e substancialmente a ordem da escola, e, no julgamento do diretor, não há alternativa disponível para aliviar o perigo ou a perturbação. Em tal caso, o diretor deverá notificar imediatamente o superintendente por escrito sobre a remoção e o motivo da mesma, e descrever o perigo apresentado pelo aluno. A remoção temporária não deverá exceder dois (2) dias letivos após o dia da remoção de emergência, durante os quais o diretor deverá fazer esforços imediatos e razoáveis para notificar oralmente o aluno e seus pais sobre (1) a remoção de emergência; (2) o motivo da necessidade da remoção de emergência; (3) o delito disciplinar; (4) a base da acusação; (5) as conseqüências potenciais, incluindo a duração potencial da suspensão do aluno; (6) a oportunidade para o aluno ter uma audiência com o diretor a respeito da suspensão proposta, incluindo a oportunidade de contestar as acusações e apresentar a explicação do aluno sobre o alegado incidente, e para os pais comparecerem à audiência; (7) a data, hora e local da audiência; e (8) o direito do aluno e dos pais do aluno a serviços de intérprete na audiência, se necessário. Antes da expiração dos dois (2) dias letivos, a menos que o diretor, o aluno e os pais concordem em contrário, o diretor deve dar ao aluno a oportunidade de uma audiência com o diretor que cumpra com o processo a curto prazo ou com o processo a longo prazo estabelecido abaixo, conforme aplicável, e os pais a oportunidade de comparecer à audiência. Além disso, o diretor deve proferir uma decisão oralmente no mesmo dia da audiência, e por escrito no máximo até o dia escolar seguinte, que atenda aos requisitos de notificação da decisão para suspensão a curto prazo ou suspensão a longo prazo, conforme estabelecido abaixo, o que for aplicável. O diretor não poderá remover um aluno da escola em caráter de emergência por uma infração disciplinar até que sejam tomadas as providências adequadas para a segurança e transporte do aluno.

In-School Suspension, M.G.L c. 71, § 37H ¾ - Afastamento de um aluno das atividades escolares regulares, mas não das instalações da escola, por não mais de (10) dias escolares consecutivos, ou não mais de dez (10) dias escolares cumulativamente para múltiplas infrações durante o ano letivo. A remoção somente da participação em atividades extracurriculares ou eventos patrocinados pela escola, ou ambos, não contarão como remoção no cálculo dos dias letivos. A suspensão na escola por dez (10) dias ou menos, consecutiva ou cumulativamente durante um ano letivo, não será considerada uma suspensão de curto prazo. Se um aluno for colocado em suspensão na escola por mais de dez (10) dias, consecutiva ou cumulativamente durante um ano letivo, tal suspensão será considerada uma suspensão de longo prazo para fins de devido processo, apelação e relatório sob 603 C.M.R. 53.00.

Processo devido para a suspensão na escola; M.G.L c. 71, § 37H 3/4: Antes da imposição de uma suspensão na escola, o aluno será informado do delito disciplinar e terá a oportunidade de responder. Se o diretor determinar que o aluno cometeu a infração disciplinar, o diretor informará oralmente ao aluno e aos pais sobre a duração da Suspensão na Escola e fará esforços razoáveis para se reunir com os pais.

Decisão do diretor - Suspensão na Escola; M.G.L c. 71, § 37H ¾: - No dia ou antes do dia da suspensão, o diretor deverá enviar notificação por escrito ao aluno e aos pais sobre a Suspensão na Escola, incluindo o motivo e a duração da Suspensão na Escola, e convidando os pais para uma reunião com o diretor para o propósito estabelecido no 603 C.M.R. 53.10(4), se tal reunião ainda não tiver ocorrido. O diretor deverá entregar tal notificação no dia da suspensão por entrega em mãos, correio certificado, correio de primeira classe, e-mail para um endereço fornecido pelos pais

para comunicações escolares, ou por outro método de entrega acordado entre o diretor e os pais. Os alunos têm o direito de apelar de uma Suspensão na Escola que resultará em sua Suspensão na Escola por mais de dez (10) dias letivos em um ano letivo.

Suspensão de curto prazo; M.G.L c. 71, § 37H ¾: significa a remoção de um aluno das dependências da escola e atividades regulares em sala de aula por dez (10) dias escolares consecutivos ou menos. Um diretor pode, a seu critério, permitir que um aluno cumpra uma suspensão de curto prazo na escola. A remoção somente da participação em atividades extracurriculares ou eventos patrocinados pela escola, ou ambos, não contarão como remoção no cálculo dos dias letivos.

Processo devido para suspensão a curto prazo; M.G.L c. 71, § 37H 3/4: No caso de ofensas disciplinares que não envolvam: a) posse de arma perigosa; b) posse de substância controlada; c) agressão a um membro do pessoal educacional; ou d) uma acusação de crime ou reclamação ou condenação por delinqüência, o estudante e os pais serão avisados oralmente e por escrito da ofensa disciplinar com a qual o estudante é acusado e a oportunidade de participar de uma audiência antes da imposição de uma suspensão.

Aviso - Suspensão de Curto Prazo; M.G.L c. 71, § 37H 3/4: Exceto nos casos de Suspensão na Escola ou Remoção de Emergência, um diretor não pode impor uma suspensão como consequência de uma ofensa disciplinar sem primeiro fornecer ao aluno e aos pais uma notificação oral e escrita, e dando ao aluno a oportunidade de uma audiência sobre a acusação e aos pais a oportunidade de participar de tal audiência. O diretor deverá fornecer uma notificação oral e escrita ao aluno e aos pais em inglês e no idioma principal do lar, se diferente do inglês, ou outros meios de comunicação, quando apropriado. O aviso deverá ser redigido em linguagem clara: a ofensa disciplinar; a base da acusação; as consequências potenciais, incluindo a duração potencial da suspensão do aluno; a oportunidade para o aluno ter uma audiência com o diretor a respeito da suspensão proposta, incluindo a oportunidade de contestar as acusações e apresentar a explicação do aluno sobre o alegado incidente, e para os pais comparecerem à audiência; a data, hora e local da audiência; o direito do aluno e dos pais do aluno a serviços de intérprete na audiência, se necessário, para participar.

O diretor deve fazer esforços razoáveis para notificar oralmente os pais sobre a oportunidade de comparecer à audiência. Para realizar uma audiência sem a presença dos pais, o diretor deve ser capaz de documentar os esforços razoáveis para incluir os pais. Presume-se que o diretor tenha feito esforços razoáveis se o diretor tiver enviado uma notificação por escrito e documentado pelo menos duas (2) tentativas de contatar o pai ou a mãe na forma especificada pelo pai ou a mãe para notificação de emergência.

Audiência do diretor - Suspensão a curto prazo; M.G.L c. 71, § 37H 3/4: Na audiência do diretor, o aluno e os pais (se participantes) podem contestar a(s) acusação(ões) contra o aluno e apresentar informações, incluindo fatos atenuantes, para a consideração do diretor na determinação das consequências para o aluno.

Decisão do diretor - Suspensão a curto prazo; M.G.L c. 71, § 37H 3/4: O diretor deve notificar o aluno e os pais da determinação e as razões para isso, e, se o aluno for suspenso, o tipo e a duração da suspensão e a oportunidade de fazer as tarefas e outros trabalhos escolares necessários para o progresso acadêmico durante o período de remoção, como previsto na M.G.L. c. 76, 21. A determinação deve ser feita por escrito e pode ser na forma de uma atualização do aviso original por escrito. A decisão do diretor será final, sem possibilidade de recurso. Se o aluno estiver em um programa pré-escolar público ou nas séries K a 3, o diretor deverá enviar uma cópia da determinação por escrito ao Superintendente e explicar as razões para impor uma suspensão fora da escola, antes que a suspensão a curto prazo entre em vigor.

Suspensão de Longo Prazo; M.G.L c. 71, § 37H ¾: significa a remoção de um aluno das dependências da escola e atividades regulares em sala de aula por mais de dez (10) dias letivos

consecutivos, ou mais de dez (10) dias letivos cumulativamente para múltiplas ofensas disciplinares em qualquer ano letivo. Um diretor pode, a seu critério, permitir que um aluno cumpra uma suspensão de longo prazo na escola. A remoção somente da participação em atividades extracurriculares ou eventos patrocinados pela escola, ou ambos, não contarão como remoção no cálculo dos dias letivos. Exceto para os alunos que forem acusados de uma infração disciplinar estabelecida nas subseções (a) ou (b) da G.L. c. 71, § 37H, ou na seção 37H ½ da G.L. c. 71, nenhum aluno poderá ser colocado em suspensão de longo prazo por uma ou mais ofensas disciplinares por mais de noventa (90) dias letivos em um ano letivo começando com o primeiro dia em que o aluno for removido da escola. Nenhuma suspensão de longo prazo deve se estender além do final do ano letivo em que tal suspensão for imposta.

Processo devido por suspensão a longo prazo; M.G.L c. 71, § 37H 3/4: No caso de ofensas disciplinares que não envolvam: a) posse de arma perigosa; b) posse de substância controlada; c) agressão a um membro do pessoal educacional; ou d) uma acusação de crime ou reclamação ou condenação por delito ou delito, o aluno e os pais serão avisados oralmente e por escrito sobre a ofensa disciplinar com a qual o aluno é acusado e a oportunidade de participar de uma audiência antes da imposição de uma suspensão extra-escolar.

Aviso - Suspensão de Longo Prazo; M.G.L c. 71, § 37H 3/4: O aviso por escrito da data e hora da audiência será fornecido em inglês e no idioma principal da residência do aluno e identificará o delito disciplinar com o qual o aluno foi acusado, a base da acusação, a duração potencial da suspensão do aluno, e informará aos pais e ao aluno o direito a serviços de intérprete, se necessário, para participar da audiência.

Quando um estudante pode estar sujeito a uma suspensão de longo prazo, o diretor também notificará o estudante e os pais sobre os seguintes direitos: (1) antes da audiência, a oportunidade de rever os registros do aluno e os documentos nos quais o diretor pode confiar para decidir suspender ou não o aluno; (2) o direito de ser representado por um advogado ou por um leigo da escolha do aluno, às custas do aluno/parente; (3) o direito de apresentar testemunhas em seu nome e de apresentar a explicação do aluno sobre o alegado incidente, mas o aluno não poderá ser obrigado a fazê-lo; (4) o direito de interrogar testemunhas apresentadas pela escola; e (5) o direito de solicitar que a audiência seja gravada pelo diretor, e de receber uma cópia da gravação de áudio mediante solicitação. Se o aluno ou pais solicitarem uma gravação de áudio, o diretor deverá informar a todos os participantes antes da audiência que uma gravação de áudio será feita e uma cópia será fornecida ao aluno e pais, mediante solicitação.

Audiência do diretor - Suspensão a Longo Prazo; M.G.L c. 71, § 37H 3/4: O aluno terá os direitos identificados no aviso por escrito e o diretor deverá fornecer aos pais, se presentes, a oportunidade de discutir a conduta do aluno e oferecer informações, incluindo circunstâncias atenuantes, que o diretor deverá considerar ao determinar as conseqüências para o aluno.

Decisão do diretor - Suspensão a longo prazo: M.G.L c. 71, § 37H ¾: Com base nas provas, o diretor deve determinar se o aluno cometeu a infração disciplinar e, em caso afirmativo, após considerar circunstâncias atenuantes e alternativas à suspensão, que remédio ou consequência será imposto, em lugar ou em adição a uma Suspensão de Longo Prazo. O diretor deverá enviar a determinação por escrito ao aluno e aos pais por entrega em mãos, correio certificado, correio de primeira classe, e-mail para um endereço fornecido pelos pais para comunicações escolares, ou qualquer outro método de entrega acordado entre o diretor e os pais. Se o diretor decidir suspender o aluno, a determinação por escrito deve ser feita: (1) identificar a ofensa disciplinar, a data em que a audiência foi realizada e os participantes da audiência; (2) expor os principais fatos e conclusões alcançados pelo diretor; (3) identificar a duração e a data efetiva da suspensão, bem como a data de retorno à escola; (4) incluir aviso da oportunidade do aluno de receber serviços educacionais para fazer progressos acadêmicos durante o período de afastamento da escola, conforme previsto no M.G.L. c. 76, § 21; (5) informar ao aluno o direito de recorrer da decisão do diretor ao superintendente ou designado, mas somente se o diretor tiver imposto uma suspensão de longo prazo. A notificação do

direito de apelação deverá ser em inglês e no idioma principal do lar, se diferente do inglês, ou em outros meios de comunicação, quando apropriado, e deverá incluir as seguintes informações declaradas em linguagem simples: (a) o processo de apelação da decisão, incluindo que o aluno ou pais devem apresentar uma notificação de apelação por escrito ao Superintendente dentro de cinco (5) dias corridos a partir da data efetiva da Suspensão de Longo Prazo; desde que dentro dos cinco (5) dias corridos, o aluno ou pais possam solicitar e receber do Superintendente uma extensão de tempo para apresentar a notificação por escrito por até sete (7) dias corridos adicionais; e que (b) a Suspensão de Longo Prazo permanecerá em vigor a menos que e até que o Superintendente decida reverter a determinação do Diretor na apelação.

Apelações do Superintendente - Suspensão de Longo Prazo; M.G.L c. 71, § 37H 3/4: Um estudante que for colocado em Suspensão de Longo Prazo sob M.G.L c. 71, § 37H ¾ após uma audiência com o diretor terá o direito de apelar da decisão do diretor para o Superintendente. O aluno ou pai deverá apresentar uma notificação de apelação ao Superintendente dentro de cinco (5) dias corridos da data efetiva da Suspensão de Longo Prazo; desde que dentro dos cinco (5) dias corridos, o aluno ou pai poderá solicitar e receber do Superintendente uma prorrogação do prazo para apresentar a notificação por escrito por até sete (7) dias corridos adicionais. Se o recurso não for apresentado em tempo hábil, o Superintendente poderá negar o recurso ou permitir o recurso a seu critério, por justa causa.

Audiência de Apelação do Superintendente; M.G.L c. 71, § 37H 3/4: O Superintendente realizará a audiência dentro de três (3) dias letivos da solicitação do aluno, a menos que o aluno ou pais solicitem uma prorrogação de até sete (7) dias corridos adicionais, caso em que o Superintendente concederá a prorrogação. O Superintendente deverá fazer um esforço de boa fé para incluir os pais na audiência. Presume-se que o Superintendente tenha feito um esforço de boa fé se ele ou ela tiver feito esforços para encontrar um dia e hora para a audiência que permita a participação dos pais e do Superintendente. O Superintendente deverá enviar notificação por escrito aos pais sobre a data, hora e local da audiência. O Superintendente conduzirá uma audiência para determinar se o aluno cometeu a ofensa disciplinar de que é acusado e, em caso afirmativo, qual será a consequência. O Superintendente deverá providenciar uma gravação de áudio da audiência, uma cópia da qual deverá ser fornecida ao aluno ou aos pais, mediante solicitação. O Superintendente informará a todos os participantes antes da audiência que será feita uma gravação de áudio da audiência e uma cópia será fornecida ao aluno e aos pais, mediante solicitação. O aluno deverá ter todos os direitos concedidos ao aluno na audiência do diretor para suspensão a longo prazo, conforme identificado acima.

Decisão do Superintendente; M.G.L c. 71, § 37H 3/4: O Superintendente emitirá uma decisão por escrito dentro de cinco (5) dias de calendário da audiência que: (1) identifica a ofensa disciplinar e a data em que a audiência foi realizada, e os participantes na audiência; (2) expõe os principais fatos e conclusões alcançados pelo Superintendente; (3) identifica a duração e a data efetiva da suspensão, bem como a data de retorno à escola; (4) inclui notificação da oportunidade do estudante de receber serviços educacionais para fazer progresso acadêmico durante o período de afastamento da escola, conforme previsto no M. G. L.G.L. c. 76, § 21; e (5) a notificação do direito de apelação deverá ser em inglês e no idioma principal do lar, se diferente do inglês, ou em outros meios de comunicação, quando apropriado. Se o Superintendente determinar que o aluno cometeu a ofensa disciplinar, o Superintendente poderá impor a mesma ou uma consequência menor do que o diretor, mas não deverá impor uma suspensão maior do que a imposta pela decisão do diretor. A decisão do Superintendente será a decisão final das Escolas Públicas de Plymouth com relação à suspensão a longo prazo.

Processo devido sob M.G.L. 71, Seções 37H e 37H1/2 Ofensas

(Para delitos envolvendo: armas perigosas, drogas, agressões ao pessoal e delitos de delito)

Suspensão a curto prazo; M.G.L. c. 71, §§ 37H e 37H 1/2 - Para delitos disciplinares envolvendo: a)

posse de uma arma perigosa; b) posse de uma substância controlada; c) agressão a um membro da equipe educacional; ou d) uma acusação de crime ou reclamação ou condenação por delinquência, o estudante receberá uma notificação oral da violação com a qual é acusado e uma oportunidade de responder a ela, antes da imposição pelo Diretor de uma suspensão de curto prazo ou uma suspensão provisória de menos de dez (10) dias consecutivos pendentes de procedimentos formais. Após a imposição de uma suspensão de curto prazo ou uma suspensão provisória de dez (10) dias consecutivos ou menos pendente de novos procedimentos disciplinares, o estudante e seus pais receberão uma notificação por escrito da suspensão e a data e hora da audiência disciplinar formal.

Exclusão/Expulsão a Longo Prazo; M.G.L. c. 71, §§ 37H e 37H 1/2 - Ao contrário do M.G.L. c. 71, § 37H 3/4, para delitos que se enquadram nos M.G.L. c. 71, §§ 37H e 37H 1/2, um diretor pode suspender um estudante por mais de noventa (90) dias ou expulsar um estudante permanentemente. Suspensão/expulsão de longo prazo significa a remoção de um aluno das instalações da escola, atividades regulares em sala de aula e atividades escolares por (1) posse de uma arma perigosa; (2) posse de uma substância controlada; (3) agressão a um membro da equipe educacional; ou (4) uma acusação de crime ou reclamação ou condenação por delinquência, ou julgamento ou admissão de culpa com relação a tal delito, se o diretor determinar que a presença continuada do aluno na escola teria um efeito prejudicial substancial sobre o bem-estar geral da escola, como previsto no G.L. c. 71, §§37H, ou 37H½. A audiência do diretor e o processo de apelação identificados abaixo se aplicam às suspensões sob M.G.L. c. §§ 37H e 37H 1/2 em casos de suspensão por mais de dez (10) dias consecutivos.

Armas Perigosas, Drogas e Agressões ao Pessoal - M.G.L. c, 71, §37H

1. Qualquer aluno que seja encontrado nas dependências da escola ou em eventos patrocinados pela escola ou relacionados à escola, incluindo jogos esportivos, em posse de uma arma perigosa, incluindo, mas não limitado a, uma arma ou uma faca; ou uma substância controlada conforme definido no capítulo noventa e quatro C, incluindo, mas não limitado a, maconha, cocaína e heroína, pode estar sujeito à expulsão das Escolas Públicas de Plymouth pelo Diretor.
2. Qualquer aluno que agredir um diretor, diretor assistente, professor, ajudante de professor ou outro pessoal educacional nas instalações da escola ou em eventos patrocinados pela escola, incluindo jogos esportivos, pode ser expulso das Escolas Públicas de Plymouth pelo diretor.

Audiência do Diretor, Exclusão a Longo Prazo - 37H - Qualquer aluno que for acusado de violação dos parágrafos 1 ou 2 deverá ser notificado por escrito de uma oportunidade para uma audiência; desde que, entretanto, o aluno possa ter representação, juntamente com a oportunidade de apresentar provas e testemunhas na referida audiência perante o Diretor. Após tal audiência, o diretor pode, a seu critério, decidir suspender em vez de expulsar um estudante que tenha sido determinado pelo diretor como tendo violado os parágrafos 1 ou 2 acima.

Recurso ao Superintendente - Exclusão de Longo Prazo - 37H - Qualquer aluno que tenha sido expulso das Escolas Públicas de Plymouth, de acordo com estas disposições, terá o direito de recorrer ao Superintendente. O aluno expulso terá dez dias a partir da data da expulsão para notificar o Superintendente de seu recurso. O aluno tem o direito de ser advogado em uma audiência perante o Superintendente. O assunto do recurso não se limitará apenas a uma determinação factual de se o aluno violou alguma das disposições desta seção.

Suspensões ou expulsões são decisões que devem considerar os direitos de um estudante a um processo justo. Os diretores de edifícios ou designados devem comunicar ao departamento de polícia a presença de qualquer arma nas instalações da escola.

Reclamações de Crimes - M.G.L. c. 71, § 37H ½

Após a emissão de uma queixa criminal acusando um aluno de crime ou após a emissão de uma queixa por delinqüência contra um aluno, o diretor de uma escola na qual o aluno está matriculado pode suspender o aluno por um período de tempo determinado pelo diretor ou diretor se o diretor ou diretor determinar que a presença contínua do aluno na escola teria um efeito prejudicial substancial sobre o bem-estar geral da escola.

Notificação da Audiência/Decisão do Diretor - Exclusão a Longo Prazo - 37H 1/2 - O estudante receberá notificação por escrito das acusações e da oportunidade de uma audiência; desde que, entretanto, o estudante possa ter representação, juntamente com a oportunidade de apresentar provas e testemunhas na referida audiência perante o Diretor. Após a audiência, o diretor deverá emitir uma decisão por escrito. O estudante também receberá notificação por escrito de seu direito de apelação e do processo de apelação de tal suspensão; contanto, entretanto, que tal suspensão permaneça em vigor antes de qualquer audiência de apelação conduzida pelo Superintendente.

Recurso ao Superintendente - Exclusão de Longo Prazo - 37H 1/2 - O aluno terá o direito de recorrer da suspensão ao Superintendente por escrito de seu pedido de recurso no prazo máximo de cinco dias corridos após a data efetiva da suspensão. O Superintendente deverá realizar uma audiência com o aluno e os pais ou responsáveis do aluno dentro de três dias corridos após o pedido de apelação do aluno.

Na audiência, o aluno terá o direito de apresentar testemunho oral e escrito em seu nome e terá o direito de ser representado por um advogado às custas do próprio aluno. O Superintendente terá autoridade para anular ou alterar a decisão do diretor, inclusive recomendando um programa educacional alternativo para o aluno. O Superintendente deverá proferir uma decisão sobre o recurso dentro de cinco dias corridos após a audiência. Tal decisão será a decisão final das Escolas Públicas de Plymouth no que diz respeito à suspensão.

Adjudicação de Delinqüência, Admissão de Culpa ou Condenação Em caso de condenação de um aluno por crime ou delinqüência, ou em caso de julgamento ou admissão em juízo de culpa com relação a tal crime ou delinqüência, o diretor de uma escola na qual o aluno está matriculado pode expulsar o aluno se o diretor ou diretor determinar que a presença continuada do aluno na escola teria um efeito substancialmente prejudicial sobre o bem-estar geral da escola.

Notificação da Audiência do Principal - Exclusão a Longo Prazo - 37H 1/2 - O estudante receberá notificação por escrito das acusações notificadas por escrito da oportunidade de uma audiência; desde que, entretanto, o estudante possa ter representação, juntamente com a oportunidade de apresentar provas e testemunhas na referida audiência perante o Principal. Após a audiência, o diretor deverá emitir uma decisão por escrito. O estudante também receberá notificação por escrito de seu direito de apelação e do processo de apelação de tal expulsão; contanto, entretanto, que a expulsão permaneça em vigor antes de qualquer audiência de apelação conduzida pelo Superintendente.

Superintendent's Appeal – Long-Term Exclusion/Expulsion - 37H 1/2 - The student shall have the right to appeal the expulsion to the Superintendent. The student shall notify the Superintendent, in writing, of his request for an appeal no later than five calendar days following the effective date of the expulsion. The Superintendent shall hold a hearing with the student and the student's parent or guardian within three calendar days of the expulsion. At the hearing, the student shall have the right to present oral and written testimony on his behalf and shall have the right to be represented by counsel at the student's own expense. The Superintendent shall have the authority to overturn or alter the decision of the principal or headmaster, including recommending an alternate educational

program for the student. The Superintendent shall render a decision on the appeal within five calendar days of the hearing. Such a decision shall be the final decision of the Plymouth Public Schools with regard to the expulsion.

Opportunity to Make Academic Progress

The Plymouth Public Schools shall continue to provide educational services to the student during the period of suspension or expulsion in a manner consistent with M.G.L. c. 76, § 21. If the student moves to another school district during the period of suspension or expulsion, the new school district shall either admit the student to its schools or provide educational services to the student in an education service plan under M.G.L. c. 76, § 21.

For all suspensions, students will be entitled to the following in terms of the opportunity to make academic progress:

Less Than 10 Consecutive Days - Any student who is serving an in-school suspension, short-term suspension, long-term suspension, or expulsion shall have the opportunity to earn credits, as applicable, makeup assignments, tests, papers, and other school work as needed to make academic progress during the period of his or her removal from the classroom or school.

More than 10 Consecutive Days - Any student who is expelled or suspended from school for more than ten (10) consecutive days, whether in school or out of school, shall have an opportunity to receive education services and make academic progress toward meeting state and local requirements, in accordance with the school's education service plan.

Discipline and Students with Disabilities

Students with disabilities may be excluded from their programs for up to ten (10) school days to the extent that such sanctions would be applied to all students. Before a student with a disability can be excluded from his/her program for more than ten (10) consecutive days in a given school year, or is subjected to a series of short-term removals that constitute a pattern of removal that exceeds ten (10) school days, and are considered to constitute a disciplinary change in placement, building administrators, relevant members of the Student's IEP or 504 Team, and the parent(s)/guardian(s) will meet to conduct a Manifestation Determination Review. At the Manifestation Determination Review, the Team will consider whether the violation for which the student is subject to discipline is directly and substantially related to the Student's disability or was the direct result of a failure to implement the student's IEP or Section 504 Plan.

If the Team determines that the behavior is NOT a manifestation of the disability, the student may be disciplined in accordance with the policies and procedures applicable to all students except that students eligible for special education services shall be entitled to a free appropriate public education as of the eleventh (11th) day of disciplinary exclusion in the school year. Such services are not available to students under Section 504. If the Team determines that the behavior IS a manifestation of the disability, then the district will conduct a functional behavior assessment or review any existing behavior intervention plan and takes steps (with the consent of the parent) to modify the IEP/504 Plan, the placement, or the behavior intervention plan as appropriate and the student will not be suspended for more than 10 days (either consecutive or constituting a pattern of removal) for the violation found to be a manifestation of his/her disability.

Regardless of the result of the Manifestation Determination, if a student possesses, uses, sells or solicits illegal drugs or a controlled substance on school grounds or at a school-sponsored event; possesses a weapon on school grounds or at a school-sponsored event; or inflicts serious bodily injury upon another person at school or a school-sponsored event, the school district may place the student in an interim alternative educational setting (IAES) for up to forty-five (45) school days. The interim alternative setting must enable the student to participate in the general curriculum, progress toward the goals in the IEP, and receive the special education and related services contained in the student's IEP. The interim alternative setting must also provide services and modifications designed to address the behavior giving rise to the removal and to prevent the behavior from reoccurring. If a student has been placed in an interim alternative education setting because of disciplinary action, the student may remain in the interim setting for a period not to exceed 45 school days. Thereafter, the student will return to the previously agreed-upon educational placement unless the parent (or student if 18+) consents to an extension of the IAES, or the parent and the school agree to another placement, or the parent or the district has initiated a hearing on the disciplinary action that the district took and a hearing officer orders another placement.

The parent shall have the right to appeal the Team's manifestation determination, the imposition of a disciplinary change in placement, and the student's placement in an interim alternative educational setting to the Bureau of Special Education Appeals. The student will remain in the disciplinary placement imposed by school authorities pending a decision on the appeal or until the expiration of the disciplinary sanction, whichever comes first.

How Parents Can Help

As a parent, you can help your child obey the rules and help keep the school safe by:

- reading the school handbook with your child;
- sharing the responsibility for the behavior of your child in school, at school-sponsored activities, and on the way to and from school;
- preparing your child to take responsibility for attending school and for his or her own behavior;
- fostering in your child positive attitudes toward himself or herself, others, the school, and the community;
- communicating with school staff about your child;
- attending individual or group conferences;
- recognizing that school staff has the right to enforce the policies of the Plymouth School Committee;
- behaving in a civil and non-disruptive manner when visiting the school; and
- being sure your child brings to school only those things that are appropriate in a school setting.



Policies, Laws, and Regulations

Policies, Laws, Regulations

Acceptable Use Policy: Internet Safety and Student Technology (AUP)

Plymouth Public Schools provides Internet access for educational purposes for their students, ensuring that students develop global communication and 21st-century skills.

Plymouth Public Schools filters the Internet in compliance with the Children's Internet Protection Act (CIPA). The combination of the filter, appropriate student use, and teacher supervision ensures safe access to the Internet. However, we still cannot guarantee that your child will not find material on the Internet that may be considered objectionable. Student use of the network is restricted to educational purposes only. Personal electronic devices are subject to the same restrictions.

1.1 District Responsibilities

- 1.2** The Coordinator of Educational Technology and Instructional Media (CETIM) and Technology Systems Engineer will oversee access to the network and will establish processes for the following: authorization for software installation; back up and archiving of databases; virus protection; and compliance with.
- 1.3** The Principal or designee will maintain records of Student Handbook Signature Pages acknowledging the rules and regulations of this AUP, and be responsible for enforcing the Technology AUP.
- 1.4** When using the Internet for class activities, teachers will make every attempt to preview and select material appropriate to the students and relevant to the course objectives. Teachers will provide guidelines and resources to assist their students in developing the necessary critical thinking skills to access online information.

2.1 Access to the System

- 2.2** The Technology AUP will govern all utilization of the network. Student use of the system will also be governed by applicable sections of the Plymouth School Committee Policy Handbook and the Student Handbook.
- 2.3** Students will have access to the Internet through the District's networked computers.
- 2.4** Students will have access to software tools and second generation and subsequent generations of the World Wide Web that allow students to collaborate and share online. Students will be educated about appropriate behavior, including cyberbullying awareness and response (See Plymouth Public Schools Anti-Bullying Policy 6.15), instant messaging, inappropriate texting, and interacting with other individuals on social networking sites and in chat rooms.
- 2.5** Students should not use the following during classroom instruction without authorization:
 - Social Networking
 - Chat Rooms
 - Personal Wireless Devices

3.1 District Limitation of Liability

- 3.2** Plymouth Public Schools makes no warranties of any kind, either expressed or implied, that the functions or the services provided by or through its network will be error-free or without defect. The district will not be responsible for any damage users may suffer, including but not limited to, loss of data or interruptions of service, or personal physical, psychological, or monetary damages. The district is not responsible for the accuracy or quality of the information obtained through or stored on the system.

The district will not be responsible for unauthorized financial obligations arising through the use of the system.

4.1 Due Process

- 4.2 When using the network, the user agrees to take full responsibility for his or her actions. The Plymouth Public Schools will not be held liable for the actions of anyone connecting to the Internet through this network. Therefore, all users shall assume full liability, legal, financial, or otherwise, for their use of the network.
- 4.3 Violations of the Technology AUP can carry serious consequences and could result in the immediate suspension of the user's privileges. Further disciplinary action may be taken by the Administration of the Plymouth Public Schools and/or Town, County, State or Federal authorities. Disciplinary actions will be tailored to meet specific concerns related to the violation. These disciplinary actions may include suspension or expulsion.
- 4.4 Any questions or allegations concerning adherence to the Technology AUP should be brought to the attention of the CEITM.

5.1 Search and Seizure

- 5.2 The network is the property of the school department and its storage systems are therefore subject to inspection by the administration at any time. System users have a limited privacy expectation in the contents of their personal files on the network.
- 5.3 An individual search will be conducted if there is a suspicion that a user has violated the AUP, the law, or the disciplinary code. The nature of the investigation will be in the context of the nature of the alleged violation.

6.1 Unacceptable Use

The user of the Plymouth Public Schools Internet connection and network becomes an extension of the Plymouth Public Schools and is expected to abide by the rules outlined in the Student Handbook where applicable. Inappropriate behavior will not be allowed. The user will not use computers / Internet for any purpose that is inconsistent with the educational purpose intended, such as, but not limited to:

- using obscene, profane, lewd, vulgar, rude, inflammatory, threatening, or disrespectful language
- engaging in personal attacks, including prejudicial or discriminatory attacks
- knowingly or recklessly post false or defamatory information about a person or organization or posting information that could cause damage or disruption. This includes, but is not limited to, the posting of broadcast messages or other actions that cause congestion of the network or interfere with the work of others.
- installing unauthorized software or downloading unauthorized software from a remote location or joining list serves or newsgroups without the express permission of instructional staff.
- attempting to go beyond his or her authorized access, making deliberate attempts to disrupt system performance or destroy data (by spreading computer viruses or by any other means), or engaging in other illegal activities.
- disseminating passwords, codes, access telephone numbers, or account numbers to unauthorized persons.
- using the network to access or send material that is profane or obscene (e.g., pornography), that advocates illegal acts, or that advocates violence or discrimination towards other people (e.g., hate literature).
- changing in any way the configuration of a computer or network without permission of instructional staff.
- damaging or vandalizing computers, computer systems, or networks.
- trespassing in other folders, work or files or using another's password.

7.0 Safety

- intentionally wasting resources, such as paper, ink cartridges, ribbons, storage space, diskettes, etc.
- using computers /the Internet playing non-educational games or other non-academic activities.
- participating in any type of teleconferencing or chat without permission of instructional staff.
- using e-mail without instructional staff permission/supervision.
- The network may not be used for personal and commercial purposes, such as, but not limited to, offering or purchasing goods and/or services for personal use.

The safety of the Internet user is of utmost concern. Personal safety for the user means never giving out personal information such as home addresses or telephone numbers for the user or others. Users will not agree to meet with someone they have met online without parent/guardian approval and participation. Users will promptly disclose to their teacher or other school employees any message they receive that is inappropriate or that makes them feel uncomfortable.

8.1 Web Publishing

The Plymouth Public Schools website is designed to provide a portal to enable communication among teachers, students, staff, administration, and the community, both local and global. Material posted on the District's web site must reflect the high educational standards of the Plymouth Public Schools.

To ensure the safety of our students and the accuracy and security of district information the guidelines and procedures listed below must be followed:

8.2 No student's personal information, such as SIMS (Student Information Management Systems) data, last name, home address, and telephone number may be posted on the web site. Students must submit a signed permission form from their parent/guardian granting permission to post the student's work or picture.

8.3 Requests to post material on the Plymouth Public Schools' Web site must have prior approval of the Principal or designee.

8.4 Student directory information may not be published.

8.5 The creator of a homepage on the District's network is responsible for ensuring that the information contained therein is of the highest editorial standards (spelling, punctuation, grammar, style, etc.). The information should be factually accurate and current. If errors are observed, the CETIM or designated school page editor should be contacted to make the necessary corrections.

* It should be noted that the Plymouth Public Schools name or logo may not be used on a personal web page without permission of the Superintendent.

9.0 Plagiarism and Copyright Infringement

Existing copyright law will govern the use of material accessed through the network. The user will not plagiarize works found on the Internet. Plagiarism is taking the ideas or writings of others and presenting them as if they were yours. All copyrighted material used must have the express written permission of the person or organization that owns the copyright.

Student Google Apps for Education Acknowledgement

The Plymouth Public Schools has chosen Google Apps for Education as an integrated communication and collaboration solution. It is available 24/7 from any Internet-connected device. This suite of applications allows students to create, edit, collaborate, peer review, store, and share files between students and teachers.

Google Apps for Education is configured as a self-contained environment maintained by Google and managed by the Plymouth Public Schools Technology Department.

In our efforts to prepare students for a global society, Google Apps provides 21st Century tools, allowing teachers more resources to effectively integrate technology into the curriculum for collaborative teaching and learning.

In Plymouth Public Schools, Google Apps for Education accounts are available for students in Kindergarten through Grade 12. Email capability is enabled for students in Grade 6 through Grade 12. This district-created student email account is subject to the Acceptable Use Policy. These accounts will be used at school and home for school-related projects and accounts.

The effective and proper use of email communication and the use of web-based collaborative tools by students in part of the Department of Education and Secondary Education Instructional Technology Frameworks.

All users should treat electronically stored information in their account as confidential and private. Users of student email are prohibited from accessing files and information other than their own.

Access to and use of student email is considered a privilege. The District maintains the right to immediately withdraw the access and use of student email when there is a reason to believe that a violation of District policies or the law has occurred.

Students are assigned a Google Apps for Education account by the Technology Department. A student can be opted out of participating in the Google Apps program. Requests for opt-out must be submitted in writing to the main office of your student's school. The decision to opt-out of the Google Apps program may have academic implications. Parents/guardians are encouraged to consult their student's teacher to discuss this.

Americans with Disabilities Act Amendment of 2008

The Plymouth Public Schools meets individual student needs in accordance with the American Disabilities Act Amendment Act of 2008, which prohibits the discriminatory assignment of students with disabilities to segregated classes or facilities based solely on the student's disability.

The Americans with Disabilities Act parallels Section 504 with regard to public schools. The law was amended in 2008 and has added additional language for which students may meet qualifications.

The law defines a major life activity to include, but not limited to:

Caring for oneself, performing manual tasks, seeing, hearing, eating, sleeping, walking, standing, lifting, bending, speaking, breathing, learning, reading, concentrating, thinking, communicating, working, and non-volitional bodily functions.

Additional amendments in the law prohibit the use of mitigating measures in evaluating whether a person has a disability.

Students in public schools may not be excluded from eligibility because of the use of prescribed

medication or other measures, such as, but not limited to medical supplies, equipment or appliances; low vision devices (which do not include eyeglasses or contact lenses), prosthetics, hearing aids and cochlear implants or other implantable hearing devices, mobility devices; oxygen therapy equipment and supplies; use of assistive technology; reasonable accommodations or auxiliary aids or services; and learned behavioral or adaptive neurological modifications.

ADAAA 2008 provides that major bodily functions include, but are not limited to functions of the immune system, normal cell growth, digestive, bowel, bladder, neurological, brain, respiratory, circulatory, endocrine, and reproductive functions. This list is not exhaustive.

A temporary impairment does not constitute a disability for purposes of eligibility unless its severity is such that it results in a substantial limitation of one or more major life activities for an extended period of time.

An impairment that is episodic or in remission is a disability if it would substantially limit a major life activity when active.

For further information regarding these laws, contact your child's guidance counselor or school psychologist (elementary) or the Director of Pupil Personnel Services at 508-830-4343.

Asbestos Hazard Emergency Response Act (AHERA) of 1986

The Plymouth Public Schools complies with the Asbestos Hazard Emergency Response Act (AHERA) of 1986. For further information, please refer to the Principal's Office or the homepage of the Plymouth Public Schools website at www.plymouth.k12.ma.us.

Anti-Bullying Policy

The Plymouth Public Schools is committed to a safe educational environment for all individuals free from harassment, intimidation, or bullying. It is the policy of the Plymouth Public Schools to prohibit harassment, intimidation, and bullying by any means, including but not limited to electronic, written, oral or physical acts, either direct or indirect, when such acts physically harm or psychological distress a student/s and or property, substantially interfere with a student's education, threaten the overall educational environment or well-being of a person/s and/or substantially disrupt the operation of the school.

DEFINITIONS

1.1 Bullying is defined as behavior toward another person that is willful, repetitive, and hurtful resulting in an imbalance of power between the bully and the target. Target refers to the victim, or victims, intended or unintended. Bullying is further defined as unwanted purposeful written, verbal, nonverbal, or physical behavior, including but not limited to any threatening, insulting, or dehumanizing words or gestures, by an adult or student, that has the potential to create an intimidating, hostile, or offensive educational environment or cause long term damage; cause

discomfort or humiliation; or unreasonably interfere with the individual's school performance or participation, is carried out repeatedly and is often characterized by an imbalance of power.

Bullying may involve, but is not limited to:

- Slurs
- Rumors or spreading of falsehoods
- Jokes
- Drawings
- Innuendos

- Demeaning comments
- Pranks
- Gestures
- Physical attacks
- Threats of verbal/written
- Unwanted teasing
- Stalking
- Cyberstalking
- Cyberbullying
- Theft
- Sexual, religious, or racial harassment
- Public humiliation
- Social exclusion

2.1 Harassment for this policy means any threatening, insulting, or dehumanizing gesture, use of technology, computer software, or written, verbal or physical conduct directed against another individual or individuals that:

2.2 places an individual in reasonable fear of harm to his or her person or damage to his or her property;

2.3 interferes with an individual's educational or work performance;

2.4 negatively impacts an individual's emotional or mental well-being; or

2.5 substantially disrupts the orderly operation of a school.

For matters concerning harassment of a sexual nature, please refer to the Plymouth Public Schools Student Sexual Harassment policy (6.8)

3.0 Cyberstalking means to engage in a course of conduct to communicate, or to cause to be communicated, words, images, or language by or through the use of electronic mail or electronic communication, directed at or about a specific person or group, causing emotional distress.

4.0 Cyberbullying is defined as the willful and repeated harassment and intimidation of a person or group through the use of digital or any other communication technologies.

5.1 Bullying, Cyberbullying, and/or Harassment also encompass:

5.2 retaliation against an individual or individuals for asserting or alleging an act of bullying, harassment, or discrimination.

5.3 retaliation also includes reporting untrue acts of bullying, harassment, or discrimination

5.4 Incitement or coercion with intent to demean, dehumanize, embarrass, or cause emotional or physical harm to an individual or individuals by:

6.0 Bullying, Cyberbullying, Harassment, and Discrimination (hereinafter referred to as bullying, as defined in Section A, for the purpose of this Policy) also encompass, but are not limited to, unwanted harm towards an individual or individuals in regard to their real or perceived: sex, race, color, religion, national origin, age, disability (physical, mental, or educational), socio-economic background, ancestry, ethnicity, gender, gender identity or expression, linguistic preference, political beliefs, sexual orientation, or social/family background or being viewed as different in its education programs or admissions to education programs and therefore prohibits bullying of an individual or individuals by any School Committee member, District employee, consultant, contractor, agent, visitor, volunteer, student, or other person in the school or outside the school at school-sponsored events, on school buses, and at training facilities or training programs sponsored by the District.

Education/Dissemination of Information

- 1.0 The Plymouth Public Schools expect individuals to conduct themselves in keeping with their levels of development, maturity, and demonstrated capabilities with proper regard for the rights and welfare of others.
- 2.0 All administrators, faculty, and staff in collaboration with parents, students, and community members, will incorporate systematic methods for students and staff recognition through positive reinforcement for good conduct, self-discipline, good citizenship, and academic success.
- 3.0 All administrators, faculty, and staff in collaboration with parents, students, and community members, will collaborate with district departments to promote academic success, enhance resiliency, build developmental assets, and promote protective factors within each school. Additionally, students and staff will be given the skills, training, and tools needed to create the foundation for preventing, identifying, investigating, and intervening when issues of bullying arise.
- 4.0 School and community will collaborate to provide the dissemination and support of violence prevention curriculums to students, their families, and school staff. This collaboration will make effective use of available school district and community resources to deliver a foundation of violence prevention to all students. Opportunities will be provided to encourage parents to participate in prevention efforts with their children in meaningful and relevant ways that address the academic, social, and health needs of their children.

Complaint and Resolution Process

- 1.0 In keeping with the Superintendent's administrative guidelines and procedures for the implementation of this policy, at the beginning of each school year, the school principal or designee shall provide awareness of this policy, as well as the process for reporting incidents, investigation and appeal to students, school staff, parents, or other persons responsible for the welfare of a pupil through appropriate references in the Handbook, Faculty Handbook, the school website, and other reasonable means.
- 2.0 Any member of the Plymouth Public Schools community who believes he/she is a victim of bullying is strongly encouraged to report the incident to a school official.
- 3.0 At each school designee will be responsible for receiving oral or written complaints alleging violations of this policy. All faculty and staff are required and must report, in writing, any allegations of bullying or violations of this policy to the designee and or appropriate administrator. Failure to report will result in action(s) or discipline. Any other members of the school community who have credible information that an act of bullying has taken place must file a report of bullying. In events whereby administration is part of a complaint, reports should be brought to the attention of the Assistant Superintendent for Human Resources.

- 4.0 The resolution, all interviews, and interventions that take place and the corresponding dates shall be documented in writing and/or noted in the district specified data collection system. Information pertaining to such complaints will only be shared with those that have direct involvement in the resolution process.
- 5.1 The Plymouth Public Schools requires the principal and/or the principal's designee to be responsible for determining whether an alleged act constitutes a violation of this policy. In so doing, the principal and/or the principal's designee shall conduct a prompt, thorough, and complete investigation of each alleged incident. The investigation is to be completed within three school days after a report or complaint is made.

Education Reform Act of 1993, M.G.L. c.71, § 37H

The superintendent of every school district shall publish the district's policies pertaining to the conduct of teachers and students. Said policies shall prohibit the use of any tobacco products within the school buildings, the school facilities or on school grounds or on school buses by any individual, including school personnel. Copies of these policies shall be provided to any person upon request and without cost by the principal of every school within the district.

Each school district's policies pertaining to the conduct of students shall include the following: disciplinary proceedings, including procedures ensuring due process: standards and procedures for suspension and expulsion of students; procedures pertaining to the discipline of students with special needs; standards and procedures to assure school building security and safety of students and school personnel; and the disciplinary measures to be taken in cases involving the possession or use of illegal substances or weapons, the use of force, vandalism, or violations of other student's civil rights. Codes of discipline, as well as the procedures used to develop codes, shall be filed with the Department of Elementary and Secondary Education for informational purposes only.

In each school building containing grades nine to twelve, inclusive, the principal, in consultation with the school council, shall prepare and distribute to each student a handbook setting forth the rules pertaining to the conduct of students. The school council shall review the student handbook each spring to consider changes in disciplinary policy to take effect in September of the following school year, but may consider policy changes at any time. The annual review shall cover all areas of student conduct, including but not limited to those outlined in this section.

Notwithstanding any general or special law to the contrary, all student handbooks shall contain the following provision:

- a) Any student who is found on school premises or at school-sponsored or school-related events, including athletic games, in possession of a dangerous weapon, including, but not limited to, a gun or knife; or a controlled substance as defined in chapter ninety-four C, including, but not limited to, marijuana, cocaine, and heroin, may be subject to expulsion from the school or school district by the principal.
- b) Any student who assaults a principal, assistant principal, teacher, teacher's aide, or other educational staff on school premises or at school-sponsored or school-related events, including athletic games, may be subject to expulsion from the school or school district by the principal.
- c) Any student who is charged with a violation of either paragraph (a) or (b) shall be notified in writing of an opportunity for a hearing; provided, however, that the student may have representation, along with the opportunity to present evidence and witnesses at a said hearing before the principal. *After said hearing, a principal may, in his discretion, decide to suspend rather than expel a student who has been determined by the principal to violate either paragraph (a) or (b).*

- d) Any student who has been expelled from a school district pursuant to these provisions shall have the right to appeal to the superintendent. The expelled student shall have ten days from the date of the expulsion in which to notify the superintendent of his appeal. The student has a right to counsel at a hearing before the superintendent. The subject matter of the appeal shall not be limited solely to a factual determination or whether the student has violated any provisions of this section.
- e) When a student is expelled under the provisions of this section, no school or school district within the commonwealth shall be required to admit such student or to provide educational services to said student. If the student does apply for admission to another school or school district, the superintendent of a school district to which the application is made may request and shall receive from the superintendent of the school expelling said student a written statement of the reasons for said expulsion. *Added by St.1972, 467 amended by St. 1973, c.430, s.5; St.1987, c285; St1989, c603; St1992, c.133, s.430; St.1993, c71, s.26: St.1993, c380,s.1; St1994, c.51*

Education Reform Act of 1993, M.G.L. c.71, § 37H1/2

Notwithstanding the provisions of section eighty-four and sections sixteen and seventeen of chapter sixty- six:

- 1) Upon the issuance of a criminal complaint charging a student with a felony or upon the issuance of a felony delinquency complaint against a student, the principal or headmaster of a school in which the student is enrolled may suspend such student for a period of time determined appropriate by said principal or headmaster if said principal or headmaster determines that the student's presence in school would have a substantially detrimental effect on the general welfare of the school. The student shall receive written notification of the charges and the reasons for such suspension prior to such suspension taking effect. The student shall also receive written notification of this right to appeal and the process for appealing such suspension; provided, however, that such suspension shall remain in effect prior to any appeal hearing conducted by the superintendent. The student shall have the right to appeal the suspension to the superintendent. The student shall notify the superintendent in writing of his request for an appeal no later than five calendar days following the effective date of the suspension. The superintendent shall hold a hearing with the student and the student's parent or guardian within three calendars of the student's request for an appeal. At the hearing, the student shall have the right to present oral and written testimony on his behalf and shall have the right to counsel. The superintendent shall have the authority to overturn or alter the decision of the principal or headmaster, including recommending an alternate educational program for the student. The superintendent shall render a decision on the appeal within five calendar days of the hearing. Such a decision shall be the final decision of the city, town, or regional school district with regard to the suspension.
- 2) Upon a student being convicted of a felony or upon the adjudication of admission in court of guilt with respect to such a felony or felony delinquency, the principal or headmaster of a school in which the student is enrolled may expel said student if such principal or headmaster determines that the student's continued presence in school would have a substantially detrimental effect on the general welfare of the school.
- 3) The student shall receive written notification of the charges and reasons for such expulsion prior to such expulsion taking effect. The student shall also receive written notification of his right to appeal and the process for appealing such expulsion; provided, however, that the expulsion shall remain in effect prior to appeal hearing conducted by the superintendent. The

student shall have the right to appeal the expulsion to the superintendent. The student shall notify the superintendent, in writing, of his request for an appeal no later than five calendar days following the effective date of the expulsion. The superintendent shall hold a hearing with the student and the student's parent or guardian within three calendar days of the expulsion. At the hearing, the student shall have the right to present oral and written testimony on his behalf and shall have the right to counsel. The superintendent shall have the authority to overturn or alter the decision of the principal or headmaster, including recommending an alternate educational program for the student. The superintendent shall render a decision on the appeal within five calendar days of the hearing. Such a decision shall be the final decision of the city, town, or regional school district with regard to expulsion.

Upon expulsion of such student, no school or school district shall be required to provide educational services to the student. *Added by St. 1993, c380, s2.*

M.G.L. c.71, § 37H3/4

Section 37H $\frac{3}{4}$ Amends G.L. c. 71 by adding a new section that addresses all suspensions and expulsions for reasons other than those covered in section 37H (dangerous weapons, controlled substances, and assaults on education staff) and section 37H $\frac{1}{2}$ (felony complaint). Section 37H $\frac{3}{4}$, directs school decision-makers at student disciplinary meetings or hearings to 1) exercise discretion in deciding consequences for the student; 2) consider ways to re-engage the student in the learning process, and 3) avoid using expulsion as a consequence until other remedies and consequences have been tried.

Section 37H $\frac{3}{4}$, requires that districts provide 1) written notice to the student and parent or guardian of the reasons for suspension or expulsion in English and the primary language spoken in the home of the student, and 2) the opportunity for the student to meet with the principal or headmaster to discuss the reasons for suspension or expulsion before the suspension or expulsion takes effect. The principal or headmaster must also make reasonable efforts to include the parent or guardian in the meeting with the student.

Section 37H $\frac{3}{4}$ further defines the process that school officials must follow under if the decision is made after the meeting to suspend or expel the student, including notice of the student's appeal rights, if applicable, and the appeal process. Suspensions or expulsions under section 37H $\frac{3}{4}$ are limited to 90 school days. Furthermore, the principal or headmaster must notify the superintendent in writing of the out-of-school suspension of any student enrolled in kindergarten through grade 3, the alleged misconduct, and the reasons for the out-of-school suspension, before the suspension takes effect.

Students must be provided an opportunity to make academic progress while suspended or expelled. Section 37 H3/4 amends sections 37H and 37H1/2 to require districts and charter schools to continue to provide educational services to any student suspended or expelled under these sections, requires principals and headmasters to create a "school-wide education service plan" for all students who are suspended or expelled for more than 10 consecutive school days, whether in or out of school so that students have an opportunity to make academic progress. Education service plans may include but are not limited to, tutoring, alternative placement, Saturday school, and online or distance learning. Students who are suspended from school for 10 or fewer consecutive school days, whether in or out of school, must be provided an opportunity to make academic progress during the period of suspension, to make up assignments, and to earn credits missed. If a student moves to another district during a period of suspension or expulsion, the new district must either admit the student or provide educational services to the student during the period of suspension or exclusion. The Massachusetts Department of Elementary and Secondary Education has published regulations to implement the law which are set out in 603 CMR 53.00 and can be found at <http://www.doe.mass.edu/lawsregs/603cmr53.html>

Harassment

Criminal Harassment; Punishment

CRIMINAL HARASSMENT – MISDEMEANOR

(a) Whoever willfully and maliciously engages in a knowing pattern of conduct or series of acts over a period of time directed at a specific person, which seriously alarms that person and would cause a reasonable person to suffer substantial emotional distress, shall be guilty of the crime of criminal harassment and shall be punished by imprisonment in a house of correction for not more than two and one-half years or by a fine of not more than \$1,000, or by both such fine and imprisonment. Such conduct or acts described in this paragraph shall include, but not be limited to, conduct or acts conducted by mail or by use of a telephonic or telecommunication device including, but not limited to, electronic mail, internet communications, or facsimile communications.

CRIMINAL HARASSMENT – SECOND OR SUBSEQUENT - FELONY

(b) Whoever, after having been convicted of the crime of criminal harassment, commits a second or subsequent such crime, or whoever commits the crime of criminal harassment having previously been convicted of a violation of Section 43, shall be punished by imprisonment in a house of correction for not more than two and one-half years or by imprisonment in the state prison for not more than ten years.

Harassment Complaint Procedure

If a student feels he/she has been subject to harassment on the basis of race, color, sex, religion, national origin, handicap, or sexual preference, he/she may complain to the principal of his/her school. It is the policy of Plymouth Public Schools to deal with these complaints at the individual school level whenever possible. However, if a satisfactory resolution cannot be achieved, a student may file a written complaint with the Superintendent of Schools and/or his/her designee. The Superintendent and/or his/her designee will respond in writing within 30 days. If the individual is not satisfied with the response, he/she may take the complaint to the Massachusetts Department of Education, Program Quality Assurance, 350 Main Street, Malden, MA 02148-5023, or other appropriate federal or state agency.

Student Sexual Harassment

1.1 POLICY

- 1.2 In keeping with State and Federal statutes, it is the policy of the Plymouth Public Schools to provide a learning and working atmosphere free from sexual harassment and all other types of harassment for students using the facilities.
- 1.3 It is a violation of this policy for any student using the facilities to engage in or condone sexual harassment.
- 1.4 It is the responsibility of every student using the facilities to not engage in acts of sexual harassment and to be aware of and comply with the applicable policies and procedures of this school district regarding sexual harassment.
- 1.5 Any student using the facilities who believes that he or she has been subjected to sexual harassment may file a verbal and/or written complaint and will receive prompt and appropriate handling of said complaint. Further, all reasonable efforts shall be made to inform only those with a "need to know" of the complaint. In most cases, complete confidentiality cannot be maintained as, at a minimum, the alleged victim, the alleged harasser, and any witnesses will be interviewed.
- 1.6 Complaint Manager means the person(s) who is responsible for directing the investigation of verbal and/or written complaints alleging noncompliance with this policy. The building principal or chief administrator(s) shall be designated as Complaint

Manager for all students in all buildings. The office address and telephone number of the Complaint Manager shall be posted prominently in a visible location in the main office of each School Department building.

- 1.7 The designated Complaint Manager shall be responsible for assisting students using the facilities seeking guidance or support in addressing matters relating to sexual harassment or inappropriate behavior of a sexual nature.
- 1.8 It is the policy of the Plymouth Public Schools to objectively collect the facts related to all claims of sexual harassment of which it becomes aware, whether or not a victim files a verbal and/or written complaint, to determine whether or not an investigation is warranted. Prior to any investigation, the Complaint Manager must notify the District Attorney of the alleged sexual harassment complaint.

2.0 DEFINITIONS

- 2.1 Sexual Harassment means unwelcome sexual advances, requests for sexual favors, and other inappropriate verbal, written or physical conduct of a sexual nature that takes place under any of the following circumstances:
 - 2.1.1 When submission to such conduct is made, explicitly or implicitly, a term or condition of employment, instruction or participation in school activities or programs;
 - 2.1.2 When submission to, or rejection of, such conduct by an individual is used by the offender as the basis for making personal or career or academic decisions affecting the individual;
 - 2.1.3 When such conduct has the effect of unreasonably interfering with the individual's work or responsibilities or learning;
 - 2.1.4 When such conduct has the effect of creating an intimidating, hostile or offensive work or learning environment;
 - 2.1.5 When retaliation is taken against students using public facilities for complaining about the behaviors described above; or
 - 2.1.6 When such conduct is welcomed but unlawful.
- 2.2 Examples of sexual harassment include but are not limited to:
 - 2.2.1 Verbal harassment, such as derogatory comments, jokes, slurs or remarks/questions of a sexual nature;
 - 2.2.2 Physical harassment, such as unnecessary or offensive touching;
 - 2.2.3 Visual harassment, such as derogatory or offensive posters, cards, cartoons, graffiti, drawings, looks or gestures;
 - 2.2.4 Using electronic media to communicate in the manner described in paragraph 2.2.3 above.
- 2.3 The victim is encouraged to make it clear to the alleged harasser that the behavior is bothering him or her if he or she can comfortably do so.

3.0 *Student Complaint Procedure*

3.1 Student Filing

3.1.1 Any student who believes that he or she has been subjected to sexual harassment may file a verbal and/or written complaint with any administrator, teacher, guidance counselor, or nurse in the school.

3.1.1.1 If the original complaint is verbal, the complaining party shall be asked to put the complaint in writing. Assistance and an appropriate form will be provided if needed.

3.1.1.2 The written complaint shall include the following: the name of the alleged offender, the date, the location of the offense, a description in as much detail as possible of the incident(s) including any statement made by either party or a list of all known witnesses. The written complaint should then be forwarded to the building principal or chief building administrator.

3.1.1.3 If the complaining party does not put the complaint in writing, the individual receiving the verbal complaint will request and record in his or her writing the following: the name of the alleged offender, the date, the location of the offense, a description in as much detail as possible of the incident(s) including any statement made by either party and a list of all known witnesses. The written report of the complaint should then be forwarded to the building principal or chief building administrator.

3.1.1.4 The building principal or chief administrator, upon receiving any written complaint or written report of a verbal complaint, must forward the same in confidence to the Superintendent or his/her designee with the date the document was received and the name of the person or persons filing the document.

3.1.1.5 Retaliation against the complainant, witness, or person who participates in an investigation, shall not be tolerated.

3.1.1.6 Upon the determination that no investigation is warranted, the legal guardian(s) of the complainant and the alleged offender(s) will be notified by the Complaint Manager of the allegation and that an investigation will not be conducted.

3.1.1.7 Upon determination that an investigation is warranted, the District Attorney's office will be notified of the sexual harassment complaint. The District Attorney's office then advises the Complaint Manager as to whether or not the District Attorney's office will be involved. At the same time, the District Attorney's office will also advise the Complaint Manager as to which other agencies should be contacted, e. g., Plymouth Police Department, Massachusetts Department of Social Services, etc. Immediately thereupon the legal guardian(s) of the complainant and the offender will be advised of the complaint and all agencies that may have been contacted.

3.2 Student Investigation

3.2.1 Verbal and/or written complaints filed pursuant to this policy shall be promptly and thoroughly investigated by the Complaint Manager or the individual designated by the Complaint Manager.

3.2.2 The investigation shall be completed within thirty school days after the verbal and/or written complaint is filed, and after a review with the site-based managers, a written recommendation will be forwarded to the Superintendent of Schools.

3.2.3 Upon completion of the investigation, the Complaint Manager shall prepare a written report of the investigation which will include the following: (1) The date(s) of the alleged incident(s); (2) The name of the complainant; (3) The name of the offender(s); (4) A summary of all the allegations; (5) The names of all potential

witnesses; (6) A summary of the steps taken to complete the investigation; (7) A summary of all witness statements (with copies of the actual statements attached); (8) A listing of any physical evidence available;

3.2.4 (9) A factual summary of all the evidence that either supports or refutes the allegations of sexual harassment; (10) Conclusion or recommendations; and (11) The date of the written report of the investigation.

3.2.5 The Superintendent may take action on the written recommendation of the Complaint Manager or he or she may conduct his or her own investigation into the charges.

3.2.6 Such an investigation must be completed within thirty working days of receipt by the Superintendent.

3.2.7 In certain cases, it may be necessary to extend the time for completing an investigation. Extensions would require the permission of the Superintendent in cases involving the Complaint Manager and of the School Committee in cases involving the Superintendent. In such cases, the Complaint Manager will inform the victim and the alleged harasser of the extension and the reasons for the extension.

3.2.8 The principal will take such action(s) as necessary and, if needed, to protect the alleged victim and other students consistent with the requirements of the school handbook.

3.3 Disposition

3.3.1 Evidence that a student(s) has committed an act of sexual harassment may warrant disciplinary action, which may include suspension and/or exclusion by the Plymouth School Committee.

Hazing Law and Policy

Hazing as defined in Chapter 269 under the Laws of the Commonwealth of Massachusetts is prohibited in the Plymouth Public Schools.

M.G.L. Chapter 269; Section 17 Hazing; organizing or participating; hazing defined

Whoever is a principal organizer or participant in the crime of hazing as defined herein shall be punished by a fine of not more than one thousand dollars or by imprisonment in a house of correction for not more than one hundred days, or by both such fine and imprisonment.

The term "hazing" as used in this section and sections eighteen and nineteen, shall mean any conduct or method of initiation into any student organization, whether on public or private property, which willfully or recklessly endangers the physical or mental health of any student or another person. Such conduct shall include whipping, beating, branding, forced calisthenics, exposure to the weather, forced consumption of any food, liquor, beverage, drug, or other substance, or any other brutal treatment or forced physical health or safety of any such student or other person, or which subjects such student or other person to extreme mental stress, including extended deprivation of sleep or rest or extended isolation. (Added by St. 1985, c.536)

M.G.L. Chapter 269: Section 18 Failure to report hazing

Whoever knows that another person is the victim of hazing as defined in section seventeen and is at the scene of such crime shall, to the extent that such person can do so without danger or peril to himself or others, report such crime to an appropriate law enforcement official as soon as reasonably practicable. Whoever fails to report such crime shall be punished by a fine of not more than one thousand dollars. (Added by St. 1985, c.536; Amended by St. 1987, c.665)

M.G.L. Chapter 269: Section 19 Copy of secs. 17-19; issuance to students and student groups, teams and organizations; report

Statement of Compliance and Discipline Policy Required

Each institution of secondary education and each public and private institution of post-secondary education shall issue to every student group, student team, or student organization which is part of such an institution or is recognized by the institution to exist as an unaffiliated student group, student team, or student organization, a copy of this section and sections seventeen and eighteen; provided, however, that an institution's compliance with this section's requirements that an institution issue copies of this section and sections seventeen and eighteen to unaffiliated groups, teams, or organizations shall not constitute evidence of the institution's recognition or endorsement of said unaffiliated student groups, teams, or organizations.

Each such group, team, or organization shall distribute a copy of this section and sections seventeen and eighteen to each of its members, plebes, pledges, or applicants for membership. It shall be the duty of each group, team, or organization, acting through its designated officer, to deliver annually, to the institution an attested acknowledgment stating that such group, team, or organization has received a copy of this section and said sections seventeen and eighteen, that each of its members, plebes, pledges, or applicants has received a copy of sections seventeen and eighteen, and that such group, team, or organization understands and agrees to comply with the provisions of this section and sections seventeen and eighteen.

Each institution of secondary education and each public and private institution of post-secondary education shall, at least annually, before or at the start of enrollment, deliver to each person who enrolls as a full-time student in such institution a copy of this section and sections seventeen and eighteen.

Any person(s) found engaged in hazing may be subject to suspension or exclusion dependent upon the seriousness of the hazing offense.

McKinney-Vento Homeless Education Assistance Act 2002

Every child without a permanent home has a right to an education.

If you live in a shelter, motel, vehicle, or campground; on the street; in an abandoned building, trailer, or other inadequate accommodations; or with friends or relatives because you cannot find or afford housing, then your child has certain rights and protections under the McKinney-Vento Homeless Education Assistance Act.

Your child has the right to:

- Access the same free and appropriate public education, including public preschool education, as provided to all other children.
- Remain in the school he/she attended before becoming homeless.
- Receive transportation to the school they attend before your family became homeless or the school they last attended if you or a guardian requests such transportation.
- Enroll in school without giving a permanent address. Schools cannot require proof of residency that might prevent or delay school enrollment.
- Enroll and attend classes while the school arranges for the transfer of school and immunization records or any other documents for enrollment.
- Enroll and attend classes in the school of your choice even while the school and you seek to resolve disputes over enrolling your child.
- Receive the same special programs and services, if needed, as provided to all other children.

If you need assistance in enrolling your child into school contact: Director of Student Support Services at 508-224-5086.

Every Student Succeeds Act (ESSA)

The Every Student Succeeds Act (ESSA), signed into law on December 10, 2015, reauthorized the most recent reauthorization of ESEA, the No Child Left Behind Act of 2001 (NCLB). The ESSA plan advances the Commonwealth's vision of increasing equity and excellence for all students in Massachusetts, particularly disadvantaged and high need students. Massachusetts' strategies align closely with ESSA's priority areas: academic standards that help students become ready for post-secondary education and employment; world-class academic assessments that enable educators to identify and provide support for schools and districts; ensuring effective educators; and supporting all aspects of our students' lives.

Our ESSA plan is designed to strengthen the quality and breadth of the instructional program our students experience, especially for English language learners, students receiving special education services, and students from economically disadvantaged backgrounds. This focus includes special attention to:

- Enhancing literacy skills in the elementary grades
- Enhancing mathematics skills in the middle grades
- Providing multiple high-quality pathways to educational and career opportunities after secondary school

For more information regarding ESSA, please refer to the Department of Elementary and Secondary website: <http://www.doe.mass.edu/titlei/essa/>

Nondiscrimination

- 1.1 The Plymouth Public Schools does not discriminate on the basis of race, color, religious creed, national origin, sex, gender identity, sexual orientation, homelessness, genetic information, ancestry, status as a veteran or U.S. uniformed military service member, disability, or age in admission to, treatment in, or employment in its services, programs, and activities. If someone has a complaint or feels that they have been discriminated against their complaint should be registered with the Title IX non-discrimination compliance officer(s). This commitment to the community is affirmed in the following statements of School Committee intent to:
 - 1.2 Promote the rights and responsibilities of all individuals as set forth in the state and federal Constitutions, pertinent legislation, and applicable judicial interpretations.
 - 1.3 Encourage positive experiences in human values for children and youth and adults, all of whom have differing personal and family characteristics and who come from various socioeconomic, racial, and ethnic groups.
 - 1.4 Support a more integrated society and to enlist the support of individuals as well as groups and agencies, both private and governmental, in such an effort.
 - 1.5 Use all appropriate communication and action techniques to air and reduce the grievances of individuals and groups.
 - 1.6 Carefully consider, in all the decisions made within the school system, the potential benefits or adverse consequences that those decisions might have on the human relations aspects of all segments of society.
 - 1.7 Ensure the continual process of reviewing policies and practices of this school system to achieve to the greatest extent possible the objectives of this statement.
- 2.0 The Plymouth School Committee's policy of nondiscrimination and all other pertinent Federal and State laws will extend to students, staff, the general public, and individuals with whom it does

business; and will apply to race, color, sex, religion, national origin, sexual orientation, homelessness, or disability.

Nondiscrimination on the Basis of Disability

- 1.1 Section 504 of the Rehabilitation Act of 1973 and its accompanying regulations and amendments apply to all school systems receiving federal funds. Under this act the Plymouth Public Schools:
 - 1.2 May not discriminate against qualified handicapped persons in any aspect of school employment solely on the basis of handicap.
 - 1.3 Shall make facilities, programs, and activities accessible, usable, and open to qualified handicapped persons.
 - 1.4 Shall provide appropriate education at the elementary and secondary levels, including non- academic and extracurricular services and activities to qualified handicapped persons.
 - 1.5 May not exclude any qualified handicapped person solely on the basis of handicap from participation in any preschool education or daycare program or activity or any adult education or vocational program or activity.
 - 1.6 Shall provide each qualified handicapped person with the same health, welfare, and other social services that are provided by others.
- 2.1 The Plymouth Public Schools receives federal financial assistance and must comply with the above requirements. Additionally, the School Committee believes that:
 - 2.2 Discrimination against a qualified handicapped person solely on the basis of handicap is unfair, and
 - 2.3 To the extent possible, qualified handicapped persons should be included in all aspects of the school community.

Accordingly, employees of this school system will comply with the above requirements of the law and policy statements of this Committee and all other pertinent Federal and State laws to ensure non-discrimination on the basis of handicap.

The Plymouth Public Schools does not discriminate on the basis of race, color, religious creed, national origin, sex, gender identity, sexual orientation, genetic information, ancestry, status as a veteran or U.S. uniformed military service member, disability, or age in admission to, treatment in, or employment in its services, programs, and activities.

Procedure for Filing Complaints Related to Discrimination

If a student feels he/she has been discriminated against on the basis of race, color, religious creed, national origin, sex, gender identity, sexual orientation, genetic information, ancestry, or disability, he/she may complain to the principal of his/her school or the School Committee through the Superintendent of Schools. It is the policy of the Plymouth Public Schools to deal with discrimination complaints at the individual school level whenever possible. However, if a satisfactory resolution cannot be achieved, a student may file a written complaint with the Superintendent of Schools or his/her designee. The Superintendent or his/her designee shall respond in writing within 30 days. If the individual is not satisfied with the response, he/she may take the complaint to the Massachusetts Department of Education, Program of Quality Assurance.

Protection of Pupil Rights Amendment (PPRA)

The Plymouth Public Schools in keeping with the regulations set out in the Protection of Pupil Rights Amendment requires notification to students, parents, and/or students under the following conditions:

- Instructional materials are made available for inspection by parents if those materials will be used in connection with a federal U.S. Department of Education or another publicly funded survey, analysis, or evaluation in which their children participate; and that schools obtain prior written parental consent before minor students are required to participate in any U.S. Department of Education or another publicly funded survey, analysis, or evaluation that reveals information concerning:
 1. Political affiliations or beliefs of the student or the student's parent;
 2. Mental and psychological problems of the student or the student's family;
 3. Sex behavior or attitudes;
 4. Illegal, anti-social, self-incriminating, or demeaning behavior;
 5. Critical appraisals of other individuals with whom respondents have close family relationships;
 6. Legally recognized privileged or analogous relationships, such as those of lawyers, physicians, or ministers;
 7. Religious practices, affiliations, or beliefs of the student or student's parent; or
 8. Income (other than that required by law to determine eligibility for participation in a program or for receiving financial assistance under such program).
- The right of parents to inspect, upon request, any instructional material used as part of the educational curriculum for students. This term does not include academic tests or academic assessments.
- The right to prior knowledge and consent if the school district administers physical examinations or screenings. This does not include hearing, vision, or scoliosis screening.
- The right to prior knowledge of the school district's collection, disclosure, or use of personal information collected from students for the purpose of marketing or selling, or otherwise providing the information to others for that purpose.
- The right to inspect, upon request, any instrument used in the collection of personal information.

The Plymouth Public Schools will notify parents, guardians, and/or eligible students the specific or approximate dates during the school year if and when these activities are scheduled. Such notification will be provided through specific notices, newsletters, and/or the Plymouth Public Schools website.

The federal requirement is not intended to preempt applicable provisions of state law that require parental notification. The law does not apply to any physical examination or screening that is permitted or required by state law, including such examinations or screenings without parental notification. The requirements of PPRA do not apply to a survey administered to a student in accordance with the Individuals with Disabilities Education Act (IDEA). The requirements under PPRA do not supersede any of the requirements of the Family Educational Rights and Privacy Act (FERPA).

Restraint Prevention and Behavior Support

The Plymouth Public Schools (“the District”) seeks to ensure that every student is free from the use of physical restraint that is inconsistent with the requirements of 603 C.M.R. 46.00. Physical restraint is an

emergency measure of last resort. It may be administered only when necessary to protect a student and/or school community member from assault or imminent, serious physical harm. When, based on this standard, physical restraint is necessary, staff will strive to prevent or minimize any harm to the student as a result of the use of physical restraint. The District will annually review its Restraint Prevention and Behavior Support Policy and Procedures, provide it to all district staff, and make it available to parents of enrolled students.

Audio and Video Surveillance on School Buses

Video cameras may be used on Plymouth Public School buses and transportation vehicles (collectively referred to hereinafter as a “bus” or “buses”) to monitor student behavior. Audio recordings in conjunction with video recordings may also be captured.

The Superintendent or his/her designee will ensure that there is a sign prominently displayed on the school buses informing the occupants of the school buses that such video and audio recordings are occurring.

Recordings -The District will retain copies of the video and audio recordings until they are erased in the regular course of business, which may be accomplished by either deletion or copying over with a new recording.

Viewings of recordings must be expressly authorized by the Superintendent and are limited to the Superintendent, Superintendent designee, Director of Transportation, School Principal or Director of Special Education or other individual authorized by the Superintendent.

Parents of a student against whom a recording is being used as part of a disciplinary proceeding will be permitted to view and listen to the recording in the presence of school administration. No other individuals shall be entitled to view or listen to the recording without the authorization of the Superintendent.

Generally, the audio or video recording of a student on a bus is not a student record. In the event an audio or video recording is used as part of a student discipline proceeding, such recording may become part of a student’s educational record. If an audio or video recording does become part of a student’s educational record, state and federal laws governing educational records shall apply.

Search and Seizure

The Plymouth Public Schools recognizes and respects the privacy of its students in their persons and belongings. However, the school administration and staff must maintain a proper, safe, and secure educational environment where learning can take place. Possession of contraband in violation of the law or school rules is prohibited on school premises. Such items include, but are not limited to, cigarettes, drugs (without a proper prescription), weapons, and other items that pose a danger to the safety of the school community or which would disturb or disrupt the process of education.

In certain circumstances, it may be necessary to search an individual student or group of students and to seize contraband items. Where the school principal, or his/her designee, has reasonable grounds for suspecting that a student has violated, or is violating, either the law or rules of the school, the suspected student or students may be searched for evidence that the student has violated or is violating either the law or rules of the school. Searches of students, book bags, purses, clothing, and other containers, and student lockers may be conducted when appropriate. When the principal, or his/her designee, has reason to believe that contraband items are present on school premises, locker inspections may take place without notice to students.

A student's right to possession of a locker, or lockers, is nonexclusive as against the school and its officials. Students are hereby put on notice that they should not keep personal items in their lockers if they do not wish them to be discovered by school personnel during a locker inspection conducted in

accordance with the provisions of this section. Contraband items discovered during any such inspection will be seized.

In addition, at various times throughout the school year, school administrators may use dogs trained to detect contraband to conduct random searches for contraband in student lockers, other common areas of school buildings, and vehicles parked on school grounds. A qualified and authorized trainer and a school administrator or designee shall accompany each dog. If a dog indicates that contraband is present on school property, school administrators can conduct a further search.

Any contraband items discovered and seized during an inspection or search conducted under the provisions of this section may be turned over to the police when the possession of such items may constitute a violation of any state or federal law. In all cases where illicit drugs or weapons are discovered as a result of inspections or searches conducted in accordance with the provisions of this section, the police will be contacted and any and all items will be turned over to the police department.

If there are any questions regarding whether a particular item may be brought to school, please ask the principal.

Sex Education (MGL Ch. 71 §32A)

Schools are required by law to notify parents/guardians about any classes that will be held on human sexual education or sexual issues. The notice must tell the parent/guardian how he/she can review the content and materials of the classes. While parents/guardians do not have to permit their children to take sex education classes, parents do have the right to exempt their children from such classes. **Please read and return the sign-off page entitled "Commonwealth of Massachusetts: An Act Relative to Sex Education" to your building principal.**

Special Needs Policy

It is the policy of the Plymouth Public Schools to provide a free and appropriate public education for all children in the school district within the legal parameters of federal and state law recognizing that children with special needs require modifications, accommodations, and interventions in the provision of their individualized educational programs.

The Plymouth Public Schools will ensure that children with special needs are afforded the opportunity to be educated with peers and have access to an appropriate curriculum and the same opportunities in co-curricular activities to the extent possible. It is the goal of the district to ensure that children with special needs have those services, interventions, modifications, and accommodations that they are entitled to under both the federal and state statutes and regulations.

The Plymouth Public Schools will conduct an annual evaluation of its programs and supports. In addition, the Special Education Department will provide an annual update to the School Committee highlighting its programs and the success of its services.

Student Record Regulations and Confidentiality

FERPA

The Family Educational Rights and Privacy Act (FERPA) affords parents and students over 18 years of age (“eligible students”) certain rights with respect to the student’s education records. They are:

The right to inspect and review the student’s education records within a reasonable amount of time but not to exceed 45 days from the day the district receives a request for access. Parents or eligible students should submit to the school principal (or appropriate school official) a written request that identifies the record(s) they wish to inspect. The principal will arrange for access and notify the parent or eligible student of the time and place where the records may be inspected.

The right to request the amendment of the student’s education records that the parent or eligible student believes is inaccurate or misleading. Parents or eligible students may ask the Plymouth Public Schools to amend a record they want to be changed and specify why it is inaccurate or misleading. If the district decides not to amend the record as requested by the parent or eligible student, the district will notify the parent or eligible student of the decision and advise them of their right to a hearing regarding the request for amendment. Additional information regarding the hearing procedures will be provided to the parent or eligible student when notified of the right to a hearing.

The right to consent to disclosures of personally identifiable information contained in the student’s education records, except to the extent that FERPA authorizes disclosure without consent. One exception, which permits disclosure without consent, is disclosure to school officials with legitimate educational interests. A school official is a person employed by the district as an administrator, supervisor, instructor, or support staff member (including health or medical staff and law enforcement unit personnel); a person serving on the School Committee; a person or company with whom the district has contracted to perform a special task (such as an attorney, auditor, medical consultant, or therapist); or a parent or student serving on an official committee, such as disciplinary or grievance committee, or assisting another school official in performing his or her tasks. A school official has a legitimate educational interest if the official needs to review an education record to fulfill his or her professional responsibility.

The parent/guardian has the right to file a complaint with the U.S. Department of Education concerning alleged failures by the district to comply with the requirements of FERPA. The name and address of the Office that administers FERPA is:

Family Policy Compliance Office

**U.S. Department of
Education 400
Maryland Avenue,
SW Washington,
D.C. 20202-5920**

FERPA requires that the Plymouth Public Schools, with certain exceptions, obtain your written consent prior to the disclosure of personally identifiable information from your child’s education records. However, the Plymouth Public Schools may disclose appropriately designated “directory information” without written consent, unless you have advised the District to the contrary in accordance with District procedures. The primary purpose of directory information is to allow the Plymouth Public Schools to include this type of information from your child’s education records in certain school publications.

Directory information, which is information that is generally not considered harmful or an invasion of privacy if released, can also be disclosed to outside organizations without a parent’s, guardian’s, and/or student’s prior consent.

Outside organizations include, but are not limited to, companies that manufacture class rings or publish yearbooks. In addition, two federal laws require school districts receiving federal funds to provide military recruiters, upon request, with three directory information categories - names, addresses, and telephone listings – unless parents, guardians, and/or students have advised the school district that they do not want their information disclosed without their prior written consent.

If you do not want the Plymouth Public Schools to disclose directory information from your child's education records without your prior written consent, you must notify the school district in writing by September 15th of each school year. The Plymouth Public Schools has designated the following information as directory information:

1. Student's name
2. Participation in officially recognized activities and sports
3. Address
4. Telephone listing
5. Weight and height of members of athletic teams
6. Electronic mail address
7. Photograph
8. Degrees, honors, and awards received
9. Date and place of birth
10. Major field of study
11. Dates of attendance
12. Grade level and the most recent school attended

Massachusetts Student Records Regulation

State regulations governing student records are briefly summarized below. These regulations are available at each public school and the superintendent's office for review. Parents may access the student records regulations through the Massachusetts Department of Education website.

A student's record consists of his or her school transcript and a temporary record. The temporary record includes all information, which is organized based on the student's name, is relevant to the educational needs of the student, and is kept by the school. A student's parent or guardian or an eligible student (who is 14 years old or has entered the ninth grade), has the right to inspect all portions of the student's record upon written request to the principal. The record must be made available to the parent, guardian, or eligible student not later than ten consecutive workdays after the request is made, unless the parent or guardian, or eligible student consents to a delay. The parent, guardian, or eligible student may request copies of any part of the record. A fee may be charged for the cost of copying.

Confidentiality of Records

No individual or organization other than the parent, guardian, eligible student, or school personnel working directly with the student is allowed access to a student's record without the specific written consent of the parent, guardian, or eligible student except in limited instances as specified by the state or federal regulations governing student records.

Amendment or Deletion of Records

The parent, guardian, or eligible student has the right to add relevant comments, information, or other written material to the student's record. In addition, the parent, guardian, or eligible student has the right to request that information contained in the record be amended or deleted except for information inserted in the record by a special needs or Section 504 evaluation. The parent, guardian, or eligible student has a right to a conference with the school principal for the purpose of the information contained in the school record. Within a week after such a conference, the principal must render a decision in writing on the objection. If the parent, guardian, or eligible student is not satisfied with the principal's decision, he or she may appeal such a decision to the Superintendent of Schools and ultimately, to the school committee.

Destruction of Records

A student's temporary record shall be destroyed no later than seven years after the student leaves the school system. The school system may offer the student, parent, or guardian the temporary record upon graduation or leaving school as long as the student, parent, or guardian acknowledges and accepts the temporary record by written consent. A student's transcript may be destroyed no sooner than 60 years after the student leaves the school system. A school principal or his or her designee may destroy misleading, outdated or irrelevant information contained in the temporary record during the time the student is enrolled in the school district, provided the parent, guardian, or eligible student has been notified in writing and given the opportunity to inspect and copy any of the information prior to destruction.

All parents/guardians of children in the Plymouth Schools have the right of inspection of their children's records in accordance with [M.G.L Chapter 71, Section 34D](#), and [M.G.L Chapter 71, Section 34E](#). Also, a student, eighteen years of age or older, has the right of access to all records relative to him/her in accordance with M.G.L. Ch.71, Sections 34D, 34E.

M.G.L. Chapter 71, specifies detailed procedures that govern access to student records by parents who do not have physical custody of their children. For more information, please contact the principal.

Courtesy and the need for maintenance of order suggest that anyone interested in exercising the above right makes his/her request in writing for an appointment with the principal so that possible questions may be answered.

Non-Custodial Parent Access to Student Records

The Massachusetts Board of Education has amended Student Records Regulations concerning access to student records by non-custodial parents. As set forth in the amended regulation, 603 CMR 23.07(5), non-custodial parents are eligible to obtain access to their children's student records *unless* the school or district has been given documentation that:

- 1.1 The parent has been denied legal custody or has been ordered to supervised visitation, based on a threat to the safety of the student and the threat is specifically noted in the order pertaining to custody or supervised visitation, or
- 1.2 The parent has been denied visitation, or
- 1.3 The parent's access to the student has been restricted by a temporary or permanent protective order unless the protective order (or any subsequent order modifying the protective order) specifically allows access to the information contained in the student record, or
- 1.4 There is an order of a probate and family court judge, which prohibits the distribution of student records to the parent.

Tobacco Use Policy

In accordance with M.G.L. Chapter 71, Section 37H of the Education Reform Act of 1993, the use of any tobacco products (and/or paraphernalia) within the school buildings, the school facilities, on the school grounds or on school buses and at all school functions regardless of location by any individual, including students, school and/or non-school personnel, shall be prohibited.

Use and/or Possession of Alcoholic Beverages or Drugs

Including Over-the-Counter Drugs/Inhalants and "Look-Alike Drugs"

The Plymouth Schools have recognized the importance of maintaining a workplace, which is drug and alcohol-free to enhance the welfare of employees and students. A federal law, The Drug-Free Workplace Act, requires the Plymouth Schools to certify that they maintain drug-free a workplace as a condition of receiving federal grants and contracts. The requirements of this law give the Plymouth Schools the opportunity to reaffirm the following policy and their commitment to a workplace free of drugs and alcohol.

It is the policy of the Plymouth Schools to maintain an alcohol-free and drug-free workplace. The unlawful manufacture, distribution, dispensation, possession, or use of controlled substances or alcohol is prohibited while on duty or on school department property. Any violations of this policy will be grounds for disciplinary action up to and including immediate suspension and dismissal.

Over-the-counter drugs/items may be such items as caffeine pills, breath sprays, inhalants, or cough syrups with alcohol content, aspirin, etc. No such over-the-counter drugs are allowed in school except under the supervision of the school nurse.

Look-alike drugs are just that and generally sold as such. These substances are not allowed in school at all. Procedures to be taken when a student is found or suspected (due to manifested behavior) of being under the influence of drugs or alcohol:

- 1.1 A student suspected of being under the influence of drugs or alcohol and no contraband found. (In instances of manifested behavior suggesting that a student is under the influence of drugs or alcohol, the student shall be escorted to the nurse's office where the condition will be attended to and action taken as described.)
 - 1.2 A student sent home under parental/guardian supervision.
 - 1.3 Conference with parent/guardian to determine facts and determine the outcome.
 - 1.4 Counselor assists in identifying programs available to help the student and family if the outcome of the conference finds student under the influence of drugs or alcohol.
- 2.1 Use of Controlled Substance, Over-the-Counter Drug/Item, Look-Alike Drug, and/or Alcoholic Beverage.
 - 2.2 First Offense
 - 2.2.1 Notification of parent/guardian.
 - 2.2.2 Suspension of five (5) or more school days.
 - 2.2.3 Notification of police (only for controlled substances or alcohol). Mandatory conference with parent/guardian and building administrator, which may lead to further disciplinary action including expulsion.
 - 2.2.4 Counselor assists in identifying programs available to help students and family.
 - 2.3 Second Offense
 - 2.3.1 Notification of parent/guardian.
 - 2.3.2 Suspension of five (5) or more school days.
 - 2.3.3 Notification of police (only for controlled substances or alcohol). Mandatory conference with parent/guardian and principal, which may lead to further disciplinary action including expulsion.
- 3.1 Possession of a Controlled Substance, Over-the-Counter Drug/Item, Look-Alike Drug and/or Alcoholic Beverage
 - 3.2 First Offense
 - 3.2.1 Notification of parent/guardian.
 - 3.2.2 Suspension of five (5) or more school days.
 - 3.2.3 Notification of police (only for controlled substances or alcohol).
 - 3.2.4 Mandatory conference with parent/guardian and building administrator, which may result in further disciplinary action including expulsion.
 - 3.2.5 Counselor assists in identifying programs available to help students and family.
 - 3.3 Second Offense

- 3.3.1 Notification of parent/guardian.
 - 3.3.2 Suspension of five (5) or more school days.
 - 3.3.3 Notification of police (only for controlled substances or alcohol).
 - 3.3.4 Mandatory conference with parent/guardian and principal, which may result in further disciplinary action including expulsion.
- 4.1 Distribution of and/or Sale of a Controlled Substance, Look-Alike, Over-the-Counter Drug/Item, and/or Alcoholic Beverage
 - 4.2 Notification of parent/guardian.
 - 4.3 Suspension of five (5) or more school days.
 - 4.4 Notification of police.
 - 4.5 Mandatory conference with parent/guardian and principal, which may result in expulsion.
- 5.1 Paraphernalia used in a drug activity shall be considered contraband and will be confiscated. If found in the possession of a student, it will result in:
 - 5.2 Notification of parent/guardian
 - 5.3 Suspension of five (5) or more school days
 - 5.4 Notification of police

Use of and/or Possession of Dangerous Objects

Objects or substances, which, by their nature or misuse, constitute a threat to the safety of students, are forbidden. These objects include, but are not limited to, toy weapons or other facsimiles. Students in possession of such objects may be subject to a suspension of five (5) school days or more and, at the discretion of the building principal, a Central Office hearing, which may result in further disciplinary action up to and including a possible exclusion hearing.

Actions which may cause injury to oneself, another student and/or staff member may be subject to a suspension of one (1) to five (5) school days and, at the discretion of the building principal, a Central Office hearing, which may result in further disciplinary action up to and including a possible exclusion hearing.

Management of Students with Head Injuries & Concussions

The purpose of this policy is to assure that any student who sustains a concussion or head injury is managed properly. Plymouth Public Schools recognizes the importance of educating students, parents/guardians, athletic staff, teachers, guidance counselors, school nurse educators, and designated others to recognize signs and symptoms of a concussion or head injury; and to respond appropriately to facilitate prevention, management, and safe return to academic and athletic activities in students with a concussion or head injury.

- 1.1 In accordance with Massachusetts state law and MA Department of Public Health (DPH) regulations related to Head Injuries and Concussions In Extracurricular Athletic Activities, the Plymouth Public Schools shall provide standardized procedures in regards to the prevention, management, and return to academic and athletic activities in middle and high school students who incur a head injury while involved in extracurricular athletic activities. This law also applies to students in the High School Marching Band. This policy and all related procedures are in compliance with Massachusetts General Law and MA DPH regulations. Out of concern for any student suffering from a concussion/head injury, this policy will apply to all middle and high school students who sustain a concussion/head injury, regardless of whether the injury occurred related to extracurricular athletic or marching band activities.

- 1.2 The Athletic Director or designated individual in each school will be responsible for the implementation of this policy and related procedures.
 - 1.3 At the high school level, a Concussion Team consisting of the Athletic Director, Certified Athletic Trainer, Guidance Counselor, and School Nurse Educator will assume responsibility for the implementation of procedures associated with this policy.
 - 1.4 At the middle school level, a Concussion Team consisting of the designated Athletic Director, Guidance Counselor, and School Nurse Educator will assume responsibility for the implementation of procedures associated with this policy.
 - 1.5 Communication with all involved individuals is paramount to the successful management of students with head injuries. Plymouth Public Schools will maintain open communications between staff, students, parents, healthcare providers, and others involved in order to optimize recovery for students with head injuries to return to health and succeed in their education.
- 2.0 At the elementary school level, Plymouth School Health Nurses will assess, monitor, and manage elementary students with concussions in collaboration with the student's health care provider in regards to physical activity and academics. 3.0 Review and revision of this policy shall occur as needed, and at least every two years.

3.0 Review and revision of this policy shall occur as needed, and at least every two years.

Concussion Policy

MANAGEMENT OF STUDENTS WITH HEAD INJURIES AND CONCUSSIONS

PURPOSE:

The purpose of this policy is to assure that any student who sustains a concussion or head injury is managed properly. Plymouth Public Schools recognizes the importance of educating students, parents/guardians, athletic staff, teachers, guidance counselors, school nurse educators, and designated others to recognize signs and symptoms of a concussion or head injury and to respond appropriately to facilitate prevention, management, and safe return to academic and athletic activities in students with a concussion or head injury.

- 1.1 In accordance with Massachusetts state law and MA Department of Public Health (DPH) regulations related to Head Injuries and Concussions In Extracurricular Athletic Activities, the Plymouth Public Schools shall provide standardized procedures in regards to the prevention, management, and return to academic and athletic activities in middle and high school students who incur a head injury while involved in extracurricular athletic activities. This law also applies to students in the High School Marching Band. This policy and all related procedures comply with Massachusetts General Law and MA DPH regulations. Out of concern for any student suffering from a concussion/head injury, this policy will apply to all middle and high school students who sustain a concussion/head injury, regardless of whether the injury occurred related to extracurricular athletic or marching band activities.

- 1.2 The Athletic Director or designated individual in each school will be responsible for the implementation of this policy and related procedures.
- 1.3 At the high school level, a Concussion Team consisting of the Athletic Director, Certified Athletic Trainer, Guidance Counselor, and School Nurse Educator will assume responsibility for the implementation of procedures associated with this policy.
- 1.4 At the middle school level, a Concussion Team consisting of the designated Athletic Director, Guidance Counselor, and School Nurse Educator will assume responsibility for the implementation of procedures associated with this policy.
- 1.5 Communication with all involved individuals is paramount to the successful management of students with head injuries. Plymouth Public Schools will maintain open communications between staff, students, parents, healthcare providers, and others involved in order to optimize recovery for students with head injuries to return to health and succeed in their education.
- 1.6 Review and revision of this policy shall occur as needed, and at least every two years.

References: MA General Law (M.G.L.) Chapter 111, Section 222
MA Department of Public Health 105 CMR 201:000: Head Injuries and Concussions in Extracurricular Athletic Activities.

Code of Conduct

School Rules and Suspensions

Student-athletes are subject to school rules and regulations governing student behavior as cited in the Student Handbook for Plymouth North and South High Schools. Violation of school rules resulting in a suspension from school will automatically preclude student involvement in athletics for the length of the suspension.

Chemical Health/Alcohol/Drugs/Tobacco Policy

The Rule: (MIAA Blue Book, Revised 2/13/08, page 54, Rule 62.1):

From the earliest fall practice date to the conclusion of the academic year or final athletic event (whichever is latest), a student shall not, regardless of the quantity, use, consume, possess, buy/sell, or give away any beverage containing alcohol; any tobacco product; marijuana; steroids; or any controlled substance. This policy includes products such as "NA or near beer". It is not a violation for a student to be in possession of a legally defined drug specifically prescribed for the student's own use by his/her doctor. The MIAA statewide minimum standard is not intended to render "guilt by association", e.g. many student-athletes might be present at a party where only a few violate this standard. This rule represents only a minimum standard upon which schools may develop more

stringent requirements. If a student violates this rule is unable to participate in interscholastic sports due to injury or academics, the penalty will not take effect until that student can participate again.

A. Minimum Penalties:

1. First Violation:

When the Principal confirms, following an opportunity for the student to be heard, that a violation occurred, the student shall lose eligibility for the next consecutive interscholastic contests totaling 25% of all interscholastic contests in that sport. No exception is permitted for a student who becomes a participant in a treatment program. It is recommended that the student be allowed to remain at practice for the purpose of rehabilitation. All decimal part of an event will be truncated i.e. All fractional part of an event will be dropped when calculating the 25% of the season.

2. Second and Subsequent Violations:

When the Principal confirms, following an opportunity for the student to be heard, that a violation occurred, the student shall lose eligibility for the next consecutive interscholastic contests totaling 60% of all interscholastic contests in that sport. All decimal part of an event will be truncated i.e. All fractional part of an event will be dropped when calculating the 60% of the season.

If after the second or subsequent violations the student of his/her own volition becomes a participant in an approved chemical dependency program or treatment program, the student may be certified for reinstatement in MIAA activities after a minimum of 40% of events provided the student was fully engaged in the program throughout that penalty period. The High School Treatment Program must certify that student is attending or issue a certificate of completion. If a student does not complete a program, a penalty reverts back to 60% of the season. All decimal part of an event will be truncated i.e. All fractional part of an event will be dropped when calculating the 40% of the season. Penalties shall be cumulative each academic year, but serving the penalty could carry over for one year. Or, if the penalty period is not completed during the season of the violation, the penalty shall carry over to the student's next season of actual participation, which may affect the eligibility status of the student during the next academic year. (e.g. a student plays only football; he violates the rule in winter and/or the spring of the same academic year; he/she would serve the penalty(ies) during the fall season of the next academic year).

The MIAA has informed member schools that this rule is in effect 24 hours per day, 7 days per week. Any student who is alleged to have violated this rule will be accorded the right to due process.

Procedure for Reporting Violations

The coach of each sport shall determine if a violation of the athletic code of conduct has taken place. In all cases, infractions of the athletic code must be reported to the Athletic Director whether an action is taken or not. If disciplinary action is taken, an athlete may have his/her case reviewed.

Review Procedure

1. The athlete and/or parents may ask to meet with the coach and athletic director.
2. This request must occur within two school days of the disciplinary decision by the coach.

3. If not satisfied, the student and/or parent may ask to meet with the principal, athletic director, and coach.

Hazing:

Massachusetts General Laws - Chapter 269 (refer to the main handbook for full law and policy)

C.269.S.17. Crime of Hazing: Definition: Penalty

C. 269, S.18. Duty to Report Hazing

C. 269, S.19 Hazing Statutes to Be Provided: Statement of Compliance and Discipline Policy

Required: Each institution of secondary education and each public or private institution of post-secondary education shall file, at least annually, a report with the regents of higher education and in the case of secondary institutions, the board of education, certifying that such institution has complied with its responsibility to inform student groups, teams, or organizations and to notify each full-time student enrolled by it of the provisions of this section and sections seventeen and eighteen and also certifying that said institution has adopted a disciplinary policy with regard to the organizers and participants of hazing, and that such a policy has been set forth with appropriate emphasis in the student handbook or similar means of communicating the institution's policies to its students. The board of regents and, in the case of a secondary institution, the board of education shall promulgate regulations governing the content and frequency of such reports, and shall forthwith report to the attorney general any such institution, which fails to make such report. Added by St. 1985, c.536; amended by St. 1987, c.665.

Taunting:

The Board of Directors of the MIAA adopted the following policy 11/94

1. Taunting includes any actions or comments by coaches, players, or spectators, which are intended to bait, anger, embarrass, ridicule or demean others, whether or not the deeds or words are vulgar or racist. Included is conduct that berates, needles intimidate or threatens based on race, gender, ethnic origin or background, and conduct that attacks religious beliefs, size, economic status, speech, family, special needs, or personal matters.

Examples of taunting: including but not limited to: "trash talk", defined as a verbal communication of a personal nature directed by a competitor to an opponent by ridiculing his/her skills, efforts, sexual orientation, or lack of success, which is likely to provoke an altercation or physical response; and physical intimidation outside the spirit of the game, including "in the face" confrontation by one player to another and standing over/straddling a tackled or fallen player.

2. In all sports, officials are to consider taunting a flagrant unsportsmanlike foul that disqualifies the offending bench personnel or contestant from the contest/day of competition. In addition, the offender shall be subject to existing MIAA Expulsion rules. Game officials prior to the contest shall give a warning to both teams.
3. At all MIAA contest sites and tournament venues, appropriate management may give spectators one warning for taunting. Thereafter, spectators who taunt players, coaches,

4. game officials or other spectators are subject to ejection.

Captain's Practice

The idea of so-called "captains practice" serves no real athletic or conditioning purpose and is discouraged for the following reasons: Lack of qualified adult supervision per MIAA regulations; liability concerns due to the increasingly litigious nature of American society; and it will not take place on any school-owned, leased or rented property.

Varsity Letter Awards

All athletes participating on a varsity team are eligible for a varsity letter. Coaches will determine who on their team will be awarded a letter and certificate of award. A participant who has not qualified for a varsity letter will be awarded a certificate of recognition. All junior varsity and freshman team members shall receive a certificate of recognition. Each subsequently earned letter award will be in the form of a certificate of award.

Message to Parents/Guardians Regarding Communication with the Coaches

Parent/Guardians/Coach Communication

Both parenting and coaching are extremely difficult vocations. By establishing an understanding of each position, we are better able to accept the actions of the other and provide greater benefit to all children. As parents, when your child becomes involved in our program, you have a right to understand what expectations are placed on your child. This begins with clear communication from the coach of your child's program.

Communication You Should Expect From the Coach

1. Philosophy of the coach
2. Expectations the coach has for your child as well as all the players on the squad.
3. Location and times, of all practices and contests
4. Team requirements, i.e. practices, special equipment, out of season conditioning
5. The procedure followed should your child be injured during participation
6. The discipline that may result in the denial of your child's participation

Communication Coaches Expect From Parents/Guardians

1. Concerns expressed directly to the coach
2. Notification of any scheduling conflicts well in advance
3. Specific concerns with regards to a coach's philosophy and or expectations
4. Communication regarding your child, not other members of the team

Appropriate Concerns to Discuss With Coaches

1. The treatment of your child, mentally and physically
2. Ways to help your child improve
3. Concerns about your child's behavior

It is very difficult to accept your child is not playing as much as you may hope. Coaches take their profession seriously. They make judgment decisions on what they believe to be the best for all students involved. As you have seen from the list above, certain things can be and should be discussed with your child's coach. Other things, such as those that follow, must be left to the discretion of the coach.

ISSUES NOT APPROPRIATE TO DISCUSS WITH COACH

1. Playing time
2. Team strategy
3. Playcalling
4. Other student-athletes

These situations may require a conference between the coach and the parent. These meetings are encouraged. Both parties involved must have a clear understanding of the other's position. When these conferences are necessary, the following procedure should be followed to help promote a resolution to the issue of concern.

CONTACT THE COACH AND SET UP A MEETING TO DISCUSS YOUR CONCERNS.

DO NOT CALL A COACH AT HOME!

(unless the coach has made his/her home, phone available to parents and athletes). A coach's time with family is severely limited during the season. The family's privacy should be respected.

DO NOT ATTEMPT TO CONFRONT A COACH BEFORE OR AFTER A CONTEST OR PRACTICE

These can be emotional times for both the parent and the coach. Meetings under these circumstances do not promote resolution

If the coach cannot be reached, speak to the athletic director PNHS 830-4428 or PSHS 224- 1723. A return call from the coach will be arranged.

IF THE MEETING DID NOT PROVIDE A SATISFACTORY RESOLUTION

1. Call and set up an appointment with the athletic director PNHS 830-4428 or PSHS 224-1723.
2. The Athletic Director will listen carefully to your concerns and mediate a resolution between you and the coach.

Remember:

Your concerns are important to us. Never hesitate to follow the above procedures to make those concerns known. Together we can work to improve our athletic programs.



Appendix B



Signature Page & Summaries

The Plymouth Public Schools is required to collect signatures to ascertain that parents, guardians, and students have read and understood the following:

1. *Content of the Student Handbook (including Media Release, Directory Information, and Transfer of Records)*
2. *Information concerning an Act Relative to Sex Education (M.G.L. Ch. 71 §32A)*

The Plymouth Public Schools is required to obtain parent/guardian permission pursuant to the following:

1. *Student Internet Safety & Technology Acceptable Use Policy (AUP)*

To assist you, please refer to the following summaries.



Please, be sure to complete and return the signature page to your child's school no later than one week after the receipt of the Student Handbook

Pictures, Names, Student Work, or Quotes in the Media

Sometimes media (such as newspaper, television, radio, or cable) reporters or photographers would like to be involved in activities in the schools. Having a picture or student work in the paper for participating in a program is usually acceptable to parents, but occasionally, for legal reasons, it is not prudent. **If you do not wish your child's name or schoolwork to be used or pictures to be taken for the media, you must notify the school in writing on the back of the Signature Page.**

Directory Information Notice

The Plymouth Public Schools has designated certain information contained in the education records of its students as directory information for purposes of the Family Educational Rights and Privacy Act (FERPA) and the Student Record Regulations, 603 CMR 23.00 et seq.

The following information regarding students is considered directory information: name; address; telephone number; date and place of birth; major field of study; participation in officially recognized activities and sports; weight and height of members of athletic teams; dates of attendance; degrees, **honors, and awards received**; and post-high school plans of the student.

Directory information may be disclosed for any purpose in the School System's discretion, without the consent of a parent/guardian of a student or an eligible student. Parents/guardians and eligible students have the right, however, to refuse to permit the designation of any or all of the above information as directory information. In that case, this information will not be disclosed except with the consent of a parent/guardian or eligible student, or otherwise allowed by FERPA and 603 CMR 23.00 et seq.

Any parent/guardian or student refusing to have any or all of the designated directory information disclosed must file written notification to this effect with the school's principal no later than one week following the receipt of this handbook. This notification is part of the signature page.

In the event a refusal is not filed, it is assumed that neither parent/guardian nor eligible student objects to the release of directory information.

Notice on Transfer of Records to another School

Pursuant to 603 CMR 23.07 (g), notice is hereby given that the Plymouth Public Schools forwards the complete school record of a transferring student to schools in which the student seeks or intends to enroll. Such transfer of records takes place without the consent of the parent/guardian or eligible student.

An Act Relative to Sex Education (M.G.L. Ch. 71 §32A)

Parent Notification

The Health Education and Science programs of Plymouth Public Schools contain comprehensive PreK-12 curricula. The goal of the program is to help students acquire appropriate content background to develop life skills or problem-solving, communication, and decision-making abilities to prepare for a healthy and productive future.

The Health Education and Science programs have been designed by our professional staff, using their research-based programs as well as programs developed by the Massachusetts Department of Education, the American Heart Association, the American Cancer Society, the American Red Cross, Operation Lifesaver, and other health and science education resources.

Sexuality education is part of the comprehensive Health Education program. In grades PreK/Kindergarten to grade 5, the following units contain sexuality topics: personal safety/safety, growth and development, and disease.

Within the Science program, learning standards for K-4 are lessons, which include topics dealing with characteristics of all organisms. These topics include growth, development, reproduction, and death. The students will also observe that plants and animals have different structures, which serve different functions in growth, survival, and reproduction.

During health and science classes, student questions will be answered factually and in an age-appropriate manner. Each student's privacy will be respected, and no one will be required to answer questions or reveal personal information. Material is presented factually.

Under Massachusetts law and the Plymouth School Committee policy, you may exempt your child from any portion of a curriculum that primarily involves human sexual education or human sexuality issues. If you would like to exempt your child from a particular class, please send the request in writing.

The Director of Health Education and the Coordinator of Science are available to meet with you to review curriculum and materials. To review these materials, please call to make an appointment.

We look forward to working with you to ensure that your child has a positive and educationally enriching experience this school year. If you have any questions regarding the exemption process for the Health and Science Programs, please call your school's principal.

To exempt your child from any portion of the health and/or science curriculum that primarily involves sexual education or human sexuality issues, you must notify the school in writing on the back of the Signature Page.

Acceptable Use Policy (AUP): Student Technology

A signature releases the Plymouth Public Schools, its personnel, and any institutions with which it is affiliated, from any and all claims and damages of any nature arising from a student's use of, or inability to use, the Plymouth Public Schools Data Network, including, but not limited to claims that may arise from the unauthorized use of the system to purchase products or services.

The parent/guardian agrees to instruct his/her child regarding any restrictions against accessing material that is in addition to the restrictions set forth in the AUP

Military Recruitment/Institutes of Higher Education

According to the provisions of the Elementary and Secondary Education Act (ESEA), schools are now required to provide student directory information (**secondary school student name**, address, and telephone number) upon request to military recruiters and/or institutions of higher education.

Any parent/guardian who does not want this information released to these third parties must file written notification to this effect with the school's principal no later than one week following the receipt of this handbook. This notification should be written on the back of the Signature Page.



SIGNATURE PAGES
FOR STUDENTS AND PARENT(S) / GUARDIAN(S)

Student Information

First Name: _____ **Middle Initial:** _____ **Last Name:** _____

Date of Birth: _____ **Grade:** _____

Parent/GuardianName:

Below, please check the boxes that apply, sign all pages, as well as the for the 2020-2021 SY, and return all pages to the school.

2020-2021 LIABILITY RELEASE FORM

An Act Relative to Sex Education

A. I acknowledge that I have read the information concerning Parent Notification of An Act Relative to Sex Education M.G.L. Ch. 71 §32A.

- YES
- NO

B. My child may participate in any portion of the health and/or science curriculum that primarily involves sexual education or human sexuality issues.

- YES (Unrestricted)

NO (Restricted)

Information Released to a Third-Party Mailing Service

My child's name and address may be released to receive Charter Public School recruitment information.

- YES (Unrestricted)
 - NO (Restricted)
-

Pictures/Student Work in the Media

My child's picture or schoolwork may be taken for the media or used in school district publications including yearbook pictures submitted to the newspaper.

- YES (Unrestricted)
 - NO (Restricted)
-

Directory Information Notice

The school district may release my child's directory information to publish items such as yearbooks, graduation announcements, newsletters, and honor roll announcements without having to get written consent for each use of student information.

- YES (Unrestricted)
 - NO (Restricted)
-

Student Technology Acceptable Use Policy

I have read, understand, and agree to abide by the provisions of the Acceptable Use Policy.

- YES
 - NO
-

Student Handbook

I acknowledge that I have read and have discussed the preceding rules and regulations of this STUDENT HANDBOOK with my child.

YES

NO

Student Signature: _____ Date: _____

Parent/Guardian Signature: _____ Date: _____